

# PORANTIA

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 380  
Brasília-DF • Novembro 2015

## As veias abertas das terras indígenas

Maior desastre ambiental do país, a tragédia de Mariana explicita que, em relação à mineração, pouca coisa mudou desde o Brasil Colônia. Impunes e com apoio governamental, mineradoras priorizam a maximização de seus lucros independente da destruição e das mortes que causam. O pior é que, a qualquer momento, o Congresso Nacional pode aprovar a exploração de minérios em terras indígenas.

Páginas 8, 9 e 10

Itamar Krenak: "Nosso Rio Doce tá morto por causa do progresso... Um progresso que está detonando nosso povo"

Páginas 6 e 7

O contato com os não indígenas fazem os Suruwaha se atentarem para os perigos inerentes de "tornarem-se brancos"

Páginas 14 e 15

**Nesta edição:**  
IX Encarte Pedagógico  
Povos Livres

# Lama da Vale e do Congresso

## Porantinadas

**A** falta de qualquer tipo de punição aos responsáveis pelo maior desastre ambiental da história do país revela que o enredo do rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Samarco, Vale e BHP, é muito mais extenso e amplo do que se imagina.

Para além da irresponsabilidade e da ganância das mineradoras, que não se interessam por nada além do aumento exponencial da sua lucratividade, a negligência e omissão escancaradas dos representantes políticos da sociedade brasileira nos faz compartilhar a sensação de orfandade que o povo Krenak sente diante da morte do seu *Watu*, o Rio Doce.

Os mais de 62 milhões de metros cúbicos de rejeito contaminado que irromperam assustadoramente da barragem localizada em Mariana, no estado das Minas Gerais, representam a chancela que parlamentares e governantes dão, há décadas, às mineradoras e outras empresas criminosas em troca dos vultosos financiamentos para suas campanhas eleitorais. Por dinheiro e poder eles se calam mesmo diante do que o biólogo brasileiro André Ruschi, que atua na Estação Biologia Marinha Augusto Ruschi, no Espírito Santo, definiu como uma tragédia “só comparável ao acidente nuclear de Fukushima”, ocorrido no Japão, em 2011. Segundo Ruschi, os rejeitos só começarão a ser eliminados do mar em 100 anos, no mínimo.

Essa promíscua relação entre políticos e empresas não é novidade no Brasil. Mesmo assim ela choca pela ousadia e pela ausência de qualquer resquício de ética por parte de seus protagonistas. Dois fatos divulgados pela imprensa evidenciam a interferência ilegal da mineradoras na formulação de leis que as interessam.

Mesmo ferindo o Código de Ética da Câmara e em uma situação de evidente conflito de interesses, o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), que recebeu R\$ 1,8 milhão de empresas de mineração em sua candidatura à reeleição em 2014, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi, por anos, o relator do Novo Código da Mineração, em debate no Congresso. O valor corresponde a 37% do total arrecadado pelo parlamentar.

Matéria veiculada pela BBC em dezembro de 2015 mostra evidências de que “o documento oficial do projeto de lei do Novo Código da Mineração foi criado e alterado em computadores do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes as mineradoras Vale e BHP, dentre outras”. Apesar de assinado pelo deputado Quintão, o projeto foi modificado em pelo menos cem trechos por um dos sócios do escritório e apresenta mudanças que vão de tópicos socioambientais a valores de multas em caso de infrações.

Além do Novo Código da Mineração, diversas outras propostas legislativas pretendem abrir as terras indígenas para a

exploração mineral. Elas são, agressivamente, defendidas pelo vasto espectro de parlamentares financiados pelas mineradoras (*leia mais nas páginas 8 e 9*). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 e os Projetos de Lei (PL) 1610/1996 e 37/2011 são alguns dos principais.

O desastre de Mariana chama atenção mais uma vez também para o fato do Estado brasileiro investir todo seu potencial em um modelo de desenvolvimento nefasto e obsoleto. No caso da mineração, até mesmo o distorcido termo “sustentável” é impossível de ser aplicado. Um exemplo até singelo, diante da imensurável contaminação que essa atividade causa, é o fato de que para obter apenas três gramas de ouro, gera-se uma tonelada de rejeitos – usualmente abandonados em bacias como a do Fundão. Priorizar os interesses das conservadoras elites e dos setores historicamente privilegiados, em detrimento das necessidades da maioria da população, é uma opção que se mostra bastante injusta e onerosa para toda a sociedade brasileira, desde os tempos da Colônia.

Certamente, o desejo de sugar as riquezas minerais dos subsolos dos territórios ancestrais é extremamente preocupante para todos os povos indígenas. Mesmo sem haver hoje autorização para tais atividades, elas já acontecem e causam severos e irreversíveis impactos ambientais, sociais e culturais.

Pesquisa realizada recentemente pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apontou que o nível de contaminação por mercúrio em indígenas dos povos Yanomami e Ye'kuana, da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, chega a 92,3%. O excesso de mercúrio, utilizado na extração ilegal do ouro, é lançado diretamente nos rios e entra na cadeia alimentar, por meio da ingestão de água e peixes.

Sitiados por 14 empreendimentos de extração de cobre, níquel e outros minérios, todos de propriedade da Vale, o povo Xikrin protestou, no final de 2015, em Ourilândia do Norte, sudeste do Pará, contra a empresa por sua desobediência à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de paralisar suas atividades na região. De acordo com o Ministério Público Federal, a contaminação do Rio Cateté com metais pesados pela mineradora, “premiada” em 2012 como a pior empresa do mundo, já provocou casos de má-formação fetal e doenças graves em aldeias dos Xikrin.

Diante do perturbador cenário, uma certeza: somente a resistência secular dos povos originários do Brasil pode fazer frente a mais este mar de ameaças à autonomia dos seus modos de vida ancestrais e à sua própria sobrevivência. É fundamental que essa resistência seja fortalecida e apoiada por outros segmentos da sociedade brasileira.

### A fonte secou!

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (Fama-sul), não desiste... Mas teve negado, mais uma vez, pedido de antecipação de tutela para que o MPF pare de recomendar a instituições bancárias a não liberação de financiamento público às atividades de agronegócio em terras indígenas que estão em processo de demarcação. O MPF alerta que a concessão de financiamentos públicos, do BNDES e do Banco do Brasil, poderia acarretar lesão aos cofres públicos, uma vez que as terras em demarcação servem como garantia dos empréstimos concedidos.

### A escuridão de Cunha

O nefasto currículo do atual presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha engorda dia a dia. Desta vez ele foi denunciado por 50 organizações da sociedade civil à ONU e à OEA por violação de direitos e desrespeito a pelo menos cinco tratados internacionais. Em uma demonstração de severo desequilíbrio ou da mais absoluta irresponsabilidade, ele ordenou o trancamento das portas e o desligamento das luzes e do ar-condicionado de um plenário sem janelas da “Casa do Povo” onde estavam cerca de 200 indígenas e representantes de comunidades tradicionais. Em vigília, eles reivindicavam que seus direitos fossem respeitados. Acusado de vários crimes, como corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Cunha chegou a acionar a Tropa de Choque, que ameaçou invadir o plenário.

### Criminalização não tem fim...

Os advogados e doutorandos Rogério Batalha, ex assessor jurídico do Cimi, e Luiz Henrique Eloy Terena, atual assessor jurídico da entidade, têm sofrido perseguições de deputados que estão na linha de frente da CPI contra o Cimi, no Mato Grosso do Sul. Ambos estão entre os nomes apresentados pela ruralista e deputada Mara Caseiro (PTdoB) para serem investigados. Ao término de uma sessão em que sofreu agressões físicas, já no estacionamento, Rogério recebeu voz de prisão de seguranças (que não detêm o “poder de polícia”). De seu lado, Eloy, que é indígena, foi representado pela OAB/MS sob o argumento de atentar contra o Código de Ética da advocacia. Os ataques aos dois advogados escancararam a estratégia de criminalização dos defensores dos direitos humanos em curso no Brasil.

### Do caos à lama

– Como se não bastasse a lama da Samarco/Vale sobre os Krenak em Minas Gerais...



# Bandeirantes de ontem e hoje

Clovis Antonio Brighenti, Missionário Cimi Regional Sul e Professor de História das Sociedades Indígenas na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Se Francisco Dias Velho estivesse vivo certamente seria um dos árdios defensores do agronegócio, argumentando que esse setor sustenta o Brasil e que sem ele a economia brasileira não sobreviveria. Ele também estaria batalhando pela redução dos direitos indígenas, seria a favor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, da Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) e do Marco Temporal. Ele não mais vive. Morreu em 1687 em confronto com piratas holandeses na ilha de Santa Catarina. Na sua época não apenas defendia a escravização de indígenas, como era fugaz caçador e vendedor desses cativos. Justificava a escravidão de indígenas afirmando que sem ela a colônia portuguesa não prosperaria. Essa atitude não gerava nenhum peso em sua consciência porque, para ele, os indígenas não eram detentores de direitos, apesar da Bula Papal de 1537 reconhecer a humanidade dos indígenas e proibir sua escravização; e, do decreto de 1º de abril de 1680 que reconhecia aos indígenas o direito originário sobre as terras por serem eles “primários e naturais senhores” das terras coloniais.

Sobre um pedestal, exibindo seu arcabuz com vestimenta alusiva a uma suposta virilidade que induz as pessoas comuns a crer na imortalidade desse homem e de seus grandes feitos, Francisco Dias Velho foi desmascarado por estudantes indígenas no último dia 1º de outubro. Durante o III Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, os presentes realizaram um protesto em frente à sua estátua, demonstrando que a reconciliação com a história não se faz pelo esquecimento. Num ato simbólico de desnudar/desmascarar as histórias dos “heróis” assassinos de indígenas, cobriram-na com faixas estampando a exigência da devolução das terras.

São estudantes descendentes das vítimas da arma de fogo de Dias Velho e do pensamento bandeirantista. Com o mesmo sangue de seus parentes assassinados há 350 anos atrás, os estudantes indígenas querem contar sua versão dos fatos, querem demonstrar que o herói de uns é o algoz de outros. E mais, os indígenas querem dizer que seguem presentes, não para vingarem-se, mas para fazerem uma nova história. Poderiam ter destruído, arrancado e pisoteado a estátua, mas optaram por mantê-la, e apenas a cobriram, de modo a explicitar que os crimes que ela simboliza jamais serão esquecidos.

Francisco Dias Velho é considerado o fundador de Florianópolis (Nossa Senhora do Desterro) e homenageado pela elite catarinense com estátuas em bronze, nomes de viadutos, ruas e prédios públicos.

Com o mesmo *modus operandi* dos bandeirantes, os ruralistas contemporâneos desejam se apropriar das terras indígenas alterando a legislação para impedir que esses povos possam usar de maneira tradicional suas terras e viver conforme seus usos e costumes. Dias Velho tem uma relação de crimes que a memória a este personagem deveria ter um

“Com o mesmo *modus operandi* dos bandeirantes, os ruralistas contemporâneos desejam se apropriar das terras indígenas alterando a legislação para impedir que esses povos possam usar de maneira tradicional suas terras e viver conforme seus usos e costumes”



Estudantes indígenas cobrem a cabeça de uma estátua de Francisco Dias Velho, considerado o fundador de Florianópolis, que percorreu o litoral catarinense no século XVII escravizando indígenas: “é preciso romper com a Colonialidade”

único propósito: fazer com que essas práticas jamais se repitam. Sanguinário escravocrata, percorreu o litoral catarinense no século XVII escravizando indígenas e levando-os cativos aos engenhos e às fazendas de São Paulo de Piratininga e São Vicente. Não satisfeito pelos crimes praticados, decidiu roubar as terras indígenas. Assim, em 1651, invadiu as terras Guarani (nominados pelo invasor de Carijó) na ilha de Santa Catarina, apropriando-se das terras desse povo. Nas suas novas fazendas usou e abusou da mão de obra indígena para produzir cana de açúcar, mandioca e outros produtos.

Se é verdade que a história não se repete, é verdade também que há continuidades históricas, e as práticas anti-indígenas demonstram essa continuidade. Curioso observar como as práticas de ontem e hoje são sustentadas por um mesmo discurso ideológico que inferioriza o outro, definida como prática de Colonialidade. Conforme esclarece o sociólogo peruano Aníbal Quijano a Colonialidade não terminou com as independências dos impérios ibéricos, ela persiste até os dias atuais porque trata-se de um padrão mundial de poder que se funda na imposição de uma classificação racial/étnica e opera em vários âmbitos e dimensões, “materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social”. Romper com a Colonialidade significa criar outras historicidades, outros referências teóricas que valorizem as coletividades e reconheçam os direitos de todos.

A elite catarinense sempre tratou esse bandeirante como um herói porque, de certo modo, ele é a representação das práticas contempo-

“Os estudantes indígenas ao cobrirem a estátua estão dizendo ‘você não nos representa, sua memória nos agride, suas práticas são repugnantes’, e demonstram aos detentores do poder em Santa Catarina que existe outra história, que os povos indígenas não foram derrotados, que estão presentes e atuando ativamente na descolonização, no rompimento definitivo com práticas repressoras”

estão dispostos a lutar por seus direitos, pela conquista das terras, pela manutenção de seus modos de vida.

Nesse pequeno gesto os estudantes indígenas demonstram que não desejam apenas o acesso ao ensino superior, mas desejam mudar o curso da história, desmascarar os falsos heróis, construir outras epistemologias, levar as memórias, as oralidades, os saberes “tradicionais” a estabelecer diálogos com os saberes “científicos”, construindo a interculturalidade crítica. Um novo horizonte se vislumbra no ensino superior e os povos indígenas estão sendo protagonistas. ♦

râneas dessa elite, ou seja, veem nele um representante, um ícone de seus métodos e anseios. Homenageá-lo é manter seus feitos como ato heroico, é desejar que essas práticas se repitam por gerações e induzir no povo que figuras como Dias Velho são seres sobre-humanos.

Os estudantes indígenas ao cobrirem a estátua estão dizendo “você não nos representa, sua memória nos agride, suas práticas são repugnantes”, e demonstram aos detentores do poder em Santa Catarina que existe outra história, que os povos indígenas não foram derrotados, que estão presentes e atuando ativamente na descolonização, no rompimento definitivo com práticas repressoras. Demonstram às elites que

# Mata um rio hoje ... aniquila vários povos amanhã

Abrir as terras indígenas para a exploração mineral tem sido o objetivo das mineradoras e dos políticos financiados por elas há décadas no Brasil. O Congresso Nacional pode liberar a atividade para as 4.181 manifestações de interesse em explorar mais de 150 terras indígenas na Amazônia brasileira

Egon Heck, Secretariado Nacional

O Rio Doce é repentinamente engolido pela mortal serpente da mineração. Lentamente, sófrego, vai se arrastando até o mar na esperança de ali se livrar de sua agonia. Às margens se postam as vítimas, que se agitam, desesperadas, perplexas, semi sobreviventes, estupefatas, com suas almas sangrando diante do desastre que seus olhos veem e suas vidas agonizantes respiram.

Dentre essas vítimas, centenas de indígenas Krenak. Não bastassem o sofrimento e genocídio a que já foram, historicamente, submetidos, deportados de seu território tradicional, transformados em agentes e vítimas do presídio indígena Krenak, no final da década de 1960, em plena ditadura militar.

“O rio é nosso sangue, nossa religião, nosso sustento. Agora está envenenado, sem vida”, afirmou Itamar Krenak. Os índios estão temerosos de que o Rio Doce não se recupere mais da devastação causada pelo pior desastre ambiental no Brasil.

Após o “acidente”, os Krenak, pintados pra guerra, se encarregaram de levar o lanche para um encontro que conseguiram confirmar, somente após terem paralisado a ferrovia da Vale, com o representante da mineradora Samarco: peixes fétidos e copos de água barrenta do rio.

Sentados à beira do amordaçado Rio Doce, que teimosamente tenta recuperar a vida, condenado pela Samarco, Vale e outros dragões dos minérios, os Krenak choram seu “rio morto”. Só lhes resta acreditar no milagre do tempo, na teimosia dos esperançosos, na força de sua sabedoria e resistência.

## Minérios, mistérios e povos indígenas

“Nos rugidos do monstro: povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais poderão ter seus territórios removidos e transformados em crateras. Está sendo anunciado o aumento de quatro vezes da produção mineral até 2030” (J.Roscha)

A exploração dos minérios, bem como dos demais recursos naturais dos territórios indígenas, têm significado permanentes veias abertas na América Latina. Caminhos de genocídio, de guerra, de extermínio. O ouro saqueado dos povos originários das Américas fez brilhar palácios e igrejas, tronos e altares, na Europa e no mundo afora. O que nos deixa estupefatos é que não se trata apenas de um passado remoto, de secular dominação, mas de um processo que chega, com diversas matizes e intensidade, até os nossos dias.

Ninguém sabe, e talvez nunca se saberá, quantos milhões de nativos, indígenas, foram sacrificados pela ganância da mineração. Montanhas removidas, crateras de morte abertas às centenas, milhares, por esse continente afora, são testemunhos silenciosos da crueldade e barbárie dos invasores que se autodenominavam civilizados. Mistérios profundos, soterrados nas valas comuns das Vales sedentas de minérios. Até quando prevalecerá a lógica brutal de sangrar a Mãe Terra a qualquer custo, na busca dos vis metais, hoje transformados em cobiçadas *commodities*? Os caminhos dos minérios foram e continuam sendo caminhos de extrema violência e graves violações de direitos. As comunidades tradicionais, nativas, indígenas continuam sendo as principais vítimas dessa saga dos minérios no Brasil e nas Américas, *Abya Yala*.

**A gananciosa exploração de ouro e outros minérios é milenar em todo o continente americano e a causa da morte de milhões de nativos**

Marcelo Cruz/Justiga nos Trilhos

Arquivo Cimi



## Romero Jucá: empenho hercúleo para explorar as terras indígenas

Quando Romero Jucá (PMDB-RR) foi alavancado para a Presidência da Funai, na década de 1980, tinha como obsessão e principal missão abrir as terras indígenas à exploração mineral. As grandes mineradoras, nacionais e internacionais, apostaram alto e investiram pesadamente na liberação da exploração mineral nos territórios indígenas, na Constituição de 1988. Jucá chegou a assinar a portaria do DNPM/01/87 de 18 de maio, autorizando a exploração mineral nas terras indígenas. Enquanto presidente da entidade indigenista do governo, procurou remover eventuais resistências, expulsando missionários do Cimi de áreas minerais estratégicas, como as terras indígenas dos Waimiri Atroari, dos Yanomami e a Raposa Serra do Sol. Não foi à toa que, ao deixar a presidência da Funai, ele foi agraciado com o governo de Roraima. Foi sua a iniciativa de propor o PL 1610, que há 20 anos tramita no Congresso Nacional.

## Maioria do movimento indígena é contrário

O movimento indígena brasileiro, desde as suas primeiras Assembleias, na década de 1970, tem denunciado sistematicamente as invasões de garimpeiros e mineradoras e os impactos desastrosos dessas presenças nos territórios tradicionais. Apesar de não haver uma unanimidade dos povos indígenas contrários à mineração em suas terras, pode-se afirmar que a grande maioria das organizações e dos povos é cabalmente contrária.

Este posicionamento não é gratuito. Na minha experiência de mais de quatro décadas junto aos povos indígenas, confesso que não vi nada mais que violências e desgraças propiciadas pela mineração em terras indígenas. Para ser mais exato, conheci uma experiência pontual de garimpo indígena, em forma comunitária e baixo rendimento, na região da Raposa Serra do Sol, em Roraima. A atividade garimpeira indígena ali tinha apenas um objetivo: ganhar dinheiro para comprar gado que ajudasse a expulsar os fazendeiros de seu território.



## Mineração Não! A resistência e sabedoria Yanomami

Os Yanomami são um dos povos que mais sofreram com a entrada em seus territórios dos mega projetos de infraestrutura, como a estrada Perimetral Norte, na década de 1970, e logo em seguida com a invasão massiva de garimpeiros, causando centenas de mortes. Conforme informações veiculadas pela imprensa, só na década de 1980 mais de 1.500 Yanomami morreram devido aos conflitos e às epidemias em consequência dessa invasão.

Neste contexto, com as terras invadidas e as mineradoras na porta, pressionando para a liberação da mineração, é que se torna profético o questionamento de Davi, pajé e liderança Yanomami:

*“Nós, Yanomami, não queremos mineração, não queremos que seja feita em nossa terra. [...] Se vocês, brancos, mostrarem um lugar onde os povos indígenas vivem realmente bem com a mineração, um lugar onde vivem com saúde, respeitando suas culturas, onde os brancos os ajudem de forma correta e não os enganem ao darem dinheiro, onde os indígenas não passem fome e onde não passem sede, se virmos esse lugar, do mesmo tamanho que a nossa floresta, nós, Yanomami, podemos voltar a discutir esse assunto” (David Yanomami in: Porantim - maio 2014).*

Trata-se de um questionamento profundo que, sem dúvida, deverá nos perseguir nos próximos dias, anos e séculos, quiçá! E Davi, enquanto guerreiro e pajé de seu povo, tem testemunhado experiências traumáticas, como mencionado, com a invasão contínua de seu território por garimpeiros (buscadores de ouro) que chegaram a 40 mil no início da década de 1980.

Com muita propriedade e experiência, Davi questiona:

*“Nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós... Para nós, desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida, [...] vocês não aprenderam com o que está acontecendo no mundo? Vocês ainda não aprenderam que esse tipo de desenvolvimento pode matar todos nós?” (Davi in: Porantim - maio 2014).*

A Terra Indígena Yanomami está praticamente toda loteada e requerida para prospecção e exploração mineral. São 678 requerimentos. Além disso, a presença de garimpeiros é permanente, apesar dos shows pirotécnicos, realizados inúmeras vezes pelo governo, bombardeando as pistas de pouso. Muitas vezes, essas ações acontecem por haver militares de altas patentes envolvidos na exploração mineral.

Eles não nos enganam, diz Davi: *“Nós sabemos que existem muitos interesses, mais fortes do que políticos, para fazer a mineração em nossa terra. São interesses de quem tem muito dinheiro, de quem quer ganhar muito mais dinheiro. Nós sabemos que não querem nos ajudar, eles dizem apenas que querem nos ajudar, que farão escola, darão assistência à saúde, darão luz, mas sabemos que por trás dessas palavras falsas está o desejo de fazerem crescer seu dinheiro. Eles podem enganar outras pessoas, mas não nos enganam”.*

## Pressa e pressão permanentes

Se olharmos para a história recente da exploração mineral em nosso país veremos como os territórios indígenas têm sofrido permanente pressão para sua liberação à sanha do grande capital, nacional e internacional. Além da pressão no chão, com a solicitação de autorizações de pesquisa e lavra em terra indígena, houve a permanente tentativa de conseguir a regularização pela mudança na legislação. Atualmente, segundo um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), há 4.181 manifestações de interesse em atividades de mineração em mais de 150 terras indígenas da Amazônia Brasileira. Todas elas esperam uma definição do Congresso sobre este tema, especialmente sobre o **PL 1.610/1996** e o **PL 37/2011, conhecido como Novo Código de Mineração**.

Vejamos os casos mais expressivos.

• **1973 - Estatuto do Índio - Lei 6001, dezembro 1973**

Artigo 45 - A exploração das riquezas do subsolo das áreas pertencentes aos índios, ou do domínio da União, mas na posse de comunidades indígenas far-se-á nos termos da lei vigente, observado o disposto nesta lei

§1º O Ministério do Interior, através do órgão competente de assistência aos índios, representará os interesses da União, como proprietária do solo, mas a participação nos resultados da exploração, as indenizações e a renda devida pela ocupação do terreno reverterão em benefício dos índios e constituirão fontes de renda indígena.

§2º Na salvaguarda dos interesses do Patrimônio Indígena e do bem estar dos silvícolas, a autorização de pesquisa ou lavra, a terceiros, nas posses tribais estará condicionada a prévio entendimento com o órgão de assistência ao índio.

• **1983 - Decreto 88.985** - Regulamentação de exploração de riquezas minerais em terras indígenas - Responsabilidade atribuída à Funai e ao Departamento Nacional de Produção Mineral<sup>1</sup> (DNPM).

• **1988 - Agosto** - Violenta campanha desencadeada pelas mineradoras contra os direitos indígenas, que teve como consequência a criação de uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI) contra o Cimi.

• **1988 - Outubro** - Aprovação e promulgação da Constituição Federal (em que as tentativas de abertura das terras indígenas para a exploração mineral não foram implementadas).

• **Artigo 176** - As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§1 “A pesquisa e lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o *caput* deste artigo somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou por empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração

no país, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas”.

• **1990** - Mineração no substitutivo de Estatuto do Índio, de Luciano Pizatto (DEM-PR).

• **1991** - Astutamente, o deputado Romero Jucá (PMDB-RR) retira os artigos sobre a mineração do projeto de Estatuto dos Povos Indígenas e o transforma em PL (Projeto de Lei).

• **1996** - Deputado Edio Lopes (PMDB-RR) apresenta o PL 1.610.

• **1997** - O PL 1.610 é aprovado pelo Senado e está pronto para ser enviado ao plenário da Câmara dos Deputados para votação.

• **2004** - Brasil assina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>2</sup>. Artigo 15 - OIT

1 - Os direitos dos povos interessados nos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2 - Em caso de pertencerem ao Estado, a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos existentes em suas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vista a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar, sempre que for possível, dos benefícios que essas atividades produzam e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

• **2012** - Tentativa de aprovação do PL 1.610.

• **2013, Junho** - Projeto de Lei que cria um novo Código da Mineração foi enviado pelo governo e está em tramitação na Câmara dos Deputados

• **2013, Dezembro** - Criação da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

• **2015** - Os setores anti-indígenas do agronegócio, das madeireiras e dos minérios, diuturnamente, pressionam o Congresso para a aprovação dos projetos anti-indígenas, com destaque para a PEC 215 e o PL 1610. No dia 27 de outubro, a PEC 215 é aprovada pela Comissão Especial, na Câmara dos Deputados.

• **2015, Outubro** - Criação de uma nova Comissão Especial para consolidar e votar o novo Código da Mineração.

• **2016** - Tudo indica que, como nos últimos anos, as lutas contra a supressão de direitos constitucionais indígenas deverão continuar persistentes e permanentes.

<sup>2</sup> “A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. Verificar: [www.oit.org.br](http://www.oit.org.br)

<sup>1</sup> Órgão do Ministério de Minas e Energia. Verificar: [www.dnpm.gov.br](http://www.dnpm.gov.br)

# “Um progresso que destrói nosso povo”

O rompimento da barragem de rejeitos em Mariana impactou severamente o povo Krenak que, devido ao fato da sua história de vida se confundir com o próprio rio, já foram chamados de “Índios do Rio Doce”. O desastre fez com que os Krenak aprofundassem a reflexão sobre os projetos que desenvolvem em suas terras e a disposição de fortalecer a luta pelos direitos indígenas.

Patricia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Com 37 anos, Itamar Krenak atua como educador em sua comunidade há 19 anos. Pai de três filhas, ele aprendeu com os sábios anciãos a importância de alimentar o “ciclo da vida Krenak”, repassando para os mais jovens os ensinamentos do passado. O fortalecimento da língua e dos rituais ancestrais do povo está no âmago deste trabalho. Reconhecidos como um povo bastante audaz e aguerrido, os Krenak também são chamados de Borun e já foram denominados, pejorativamente, de Botocudos do Leste pelos portugueses no final do século XVIII (devido ao uso dos botoques auriculares e labiais) e, mais recentemente, de Aimorés. Ocupando uma área bastante reduzida, no município de Resplendor, leste de Minas Gerais, eles sofreram diversos massacres, invasões e chegaram a ficar sem território nenhum. Durante a ditadura, o Presídio Krenak, centro de repressão e tortura, foi implantado na sua terra. Impactados pela construção de obras dentro do seu território tradicional, o povo vive desde o dia 5 de novembro de 2015 o desespero de ter sido atingido diretamente pelo maior crime ambiental da história do Brasil: o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, que pertence à brasileira Vale e à anglo-australiana BHP. Nesta entrevista ao *Porantim*, Itamar conta como esse crime destruiu o modo de vida do seu povo: “Tivemos um choque tão grande que ainda estamos sem rumo, pra falar a verdade. Têm pessoas na nossa comunidade que ainda não acreditam no que aconteceu. Índios que tomam banho naquela lama”.

**Porantim** – Você estava na aldeia quando houve o rompimento da barragem da Samarco/Vale? Como foi tudo aconteceu?

**Itamar Krenak** – Quando a gente percebeu, os dejetos de lama já tinham descido pra aldeia, o barro, aquele fedor de várias coisas, de podre mesmo. O ar que desceu do rio é um ar insuportável, que coça o nariz da gente. Eu fui pra beira do rio, pra olhar direitinho. O ar chega até a coçar o corpo. Aí, a gente viu o nosso rio coberto de peixe morto. Então, naquela hora foi a nossa dor maior, ver os peixes nossos todos mortos. E nós sem ter informação sobre porque o nosso peixe tava daquele jeito. Aconteceu isso, e a gente via helicóptero descendo e subindo, descendo e subindo, mas não tinha ninguém pra nos orientar e nos explicar diretamente, formalmente, o que estava acontecendo realmente com o nosso rio. A água virou lama. Até hoje tá lama pura. Não podemos usar a água pra nada.

**Porantim** – Qual é a distância entre as casas de vocês e o rio?

**Itamar Krenak** – Não tem distância. O rio corta a aldeia. Fica a 20 metros das casas. Nós somos 128 famílias e o impacto desse desastre foi muito grande no povo porque tirou o nosso costume de viver com o rio, de tomar banho, pescar, caçar, de fazer o ritual que tem ligação com o *Watu*, que é como chamamos o Rio Doce. Fomos fortemente impactados. Nós perdemos nosso rio, perdemos nossa mãe. Porque minha mãe e meu pai me contam que meu avô contou pra eles que o Rio Doce sempre fez parte da história da vida do povo Krenak. O livro *Os Borun do Watu* [que significa “índios

do Rio Doce”], de Geralda Chaves Soares, conta tudo. A nossa história é de um povo que sempre teve ligação forte com o rio. O rio é como se fosse o nosso sangue, corre nas nossas veias. Então, eles tiraram o nosso rio, o nosso *Watu*, de nós, tiraram toda nossa parte cultural, de ligação com o rio. Nossas crianças ficam sem entender porque não podem tomar banho no rio e perguntam quando vão voltar a tomar banho lá. A gente não tem explicação sobre quando isso vai se normalizar, não tem informação sobre nada. Tem ambientalista que fala que só daqui a cem anos, tem outros que falam que daqui a quatro meses. Quanto tempo vai durar, de verdade, ninguém tá sabendo.

**Porantim** – Em que momento representantes das mineradoras Samarco ou da Vale entraram em contato com vocês?

**Itamar Krenak** – Em momento algum nós fomos procurados pra ser informados da situação. Quando nós percebemos, a lama já estava passando na frente das casas, dentro das nossas aldeias. Chegou a lama e já apareceu peixe morto. Nós ficamos muito tristes. Até hoje quando a gente fala dessa situação, o emocional da gente é tocado. Porque o nosso rio tá hoje numa situação que não deveria estar por causa das pessoas que pensam no progresso, que pensam no futuro... Um progresso que está detonando o povo, que destrói, que não tem futuro. Matou nossos peixes, matou nosso rio, as nossas caças. Tá tudo comprometido. Não temos mais isso. E a nossa ligação com o rio, a parte religiosa, social espiritual, ela é importante e esta parte foi detonada, foi tudo impactado. Tivemos um choque tão grande que ainda estamos sem rumo, pra falar a verdade. Têm pessoas na nossa comunidade que ainda não acreditam no que aconteceu. Índios que tomam banho naquela lama. Alguns idosos... eles veem a lama, eles viram os peixes descendo mortos, mas não entra na cabeça do índio porque ele pensa: “Este rio sempre fez parte da minha vida. Por que agora não posso tocar neste rio, fazer nele o que sempre fiz, desde que nasci?”. É por causa do costume, da cultura mesmo. Então, ele pensa: “Ah, isso não vai me fazer mal”, e acaba tomando banho. Ele realmente acha que não vai fazer mal. A gente orienta, procura o pessoal da área de saúde, fala que não pode, que tem diversos metais pesados, tem arsênico, tem mercúrio, coisas que prejudicam nossa saúde, que fazem mal e podem nos causar doenças rápido demais. Mas, eles não aceitam. Estamos mais atentos, mais firmes agora. As lideranças conversam bastante com toda a comunidade, pra não deixar acontecer. A gente diz que não pode. Criança não pode, idoso não pode, ninguém mais pode nadar no rio. Nem ter contato com o rio. É triste.

**Porantim** – E o que vocês fizeram?

**Itamar Krenak** – Como eu falei, ninguém procurou nos orientar, nem defesa civil, nem representantes das empresas... ninguém nos deu explicação. Então, reunimos a comunidade e falamos: “Vamos ter que tomar atitude. Este pessoal não vai vir aqui pra nos informar e falar com a gente. Então, vamos ter que trazer eles aqui”. Tomamos a decisão de paralisar novamente a ferrovia. Ficamos por três dias e meio em cima da ferrovia. Ah, aí sim apareceu muita gente, apareceu repórter do Brasil inteiro pra se

situar da questão. Porque nós, Krenak, somos o único povo indígena que tem ao longo das margens do Rio Doce, e fomos afetados diretamente.

**Porantim** – As mineradoras e os representantes dos governos se sensibilizaram com a situação de vocês?

**Itamar Krenak** – Hoje nós estamos precisando urgente buscar ajuda dentro das instâncias do governo, da Funai, principalmente das empresas responsáveis, ou irresponsáveis, que deixou que isso acontecesse. A discussão é muito forte sobre de que jeito nós vamos ficar, quando eu vou

poder pescar para comer, como vai ficar o pescador da aldeia que tá todo dia no rio. É uma cultura que foi tirada. Eu não posso mais levar meus filhos pra tomar banho. Não posso cantar minha música, dentro do ritual no *Watu*, a música do Rio Doce. E ainda assim a gente procura entender o que aconteceu, porque apareceu lama, apareceu peixe morto, jacaré morto, as garças da margem do rio mortas, capivara. Uma devastação. Um crime, um verdadeiro crime o que aconteceu conosco, com o ambiente nosso, com a nossa vida.

**Porantim** – E o que aconteceu quando vocês paralisaram a ferrovia?

**Itamar Krenak** – Antes de existir essa estrada de ferro da Vale do Rio Doce, o povo Krenak já estava ali. Sempre esteve ali. Muito antes da invasão de 1500, quando os portugueses chegaram aqui, o povo Krenak já estava ali. Esses impactos vêm de muitos anos e continuam até hoje. Nosso rio foi poluído demais da conta, com minério, com dejetos. Essa ferrovia sempre teve esta pendência, esta dívida, com o nosso povo. Quando nós sentamos e exigimos que a Vale sente conosco e discuta projetos com o povo Krenak, isso é uma coisa que ela deveria fazer, sem a gente precisar protestar. Ela deveria nos ajudar porque ela causou diversos transtornos pro nosso povo.

**Porantim** – E o que a Vale ofereceu no acordo, após o rompimento da barragem?

**Itamar Krenak** – Ela propôs alguns planos emergenciais, de atendimento de água potável pra gente beber e de água não potável, para banho, para os animais. E também uma ajuda de custo pra comunidade, por quatro meses. Considerando que em quatro meses a situação será normalizada. O que ela está nos oferecendo é o mínimo do mínimo porque a gente tem outra relação com a água. Além disso, eu preciso caçar, pescar, fazer meu ritual também. Preciso praticar o que é o meu costume. O povo Krenak precisa desta sustentabilidade que nos foi tirada. Dinheiro nenhum paga o que foi tirado do meu povo. A Vale tem apenas a possibilidade, e a obrigação, de fazer alguns reparos pelo que causou aos Krenak. Tem 4 meses pra fazer pesquisa... o pessoal da Funai vai estar em campo pra pesquisar o impacto ambiental, social, impacto na flora, na fauna, impacto cultural. A gente sabe qual é a situação do rio hoje, não podemos fazer nada no rio, com o rio. É nossa maior preocupação, que nos aperta. Não temos água suficiente pra beber e tomar banho dentro do povo Krenak. Os córregos secaram também, antes do rio ser afetado, devido ao clima.

**Porantim** – Vocês têm alguma alternativa para lidar com esta falta de água?

**Itamar Krenak** – O Rio Doce é como se fosse o pai pro povo Krenak, que sempre nos forneceu água, comida, caça e também a força, porque é onde buscamos a força no ritual pra gente se fortalecer. Quando falamos que o rio tá morto é porque eles jogaram este veneno todo no rio para que ele

“O nosso rio tá hoje numa situação que não deveria estar por causa das pessoas que pensam no progresso, que pensam no futuro... Um progresso que está detonando o povo, que destrói, que não tem futuro”

ficasse nesta situação que ele está hoje. Ele tá morto porque mataram toda a vida que ele tem e, assim, o nosso costume, o nosso sustento, a nossa vida. Ele tá morto porque não existe vida dentro do rio neste momento. Espiritualmente, parte do nosso espírito tá machucada, quase morta, devido a este impacto que foi causado. Esta lama matou esta cultura nossa. O ritual do rio, por exemplo... é difícil até de explicar... porque não tem como realizar. Após o ritual, o rio tá vivo, você está ali, você toma banho nele, você toca nele. Os nossos velhos sempre falam pra nós, mais jovens, que o rio é vivo, sempre esteve vivo. Em 1979 aconteceu uma coisa muito bacana. Os velhos da minha aldeia sempre falam que nesta época, durante o regime militar ainda, quando nossa aldeia estava invadida, o povo nosso foi a pé de uma região onde estava até próximo à nossa aldeia, esperando a enchente daquele ano arrancar todo mundo que estava ali. O *Watu* avisou nosso povo que tava na hora de voltar pra casa. Então, isso é muito forte e marcante porque naquele momento o povo estava nas margens, só esperando isso acontecer, pra voltar e tomar posse do território em que está até hoje. Então, a gente está procurando outros meios, outro ponto de caminhada. Temos conversado com a comunidade, mas estamos baqueados. Precisamos caminhar, sabemos, mas está difícil.

**Porantim** – Qual a situação da terra de vocês hoje?

**Itamar Krenak** – Num passado não muito distante, nós chegamos a perder nosso território, chegamos a morar em ilhas e chegamos a ser levados à força de nosso território pra outros lugares e a morar com outros indígenas, com os Maxakali, e depois com os Pataxó, em Carmésia. Desde 2001 temos uma área demarcada com 4 mil hectares, e ocupamos os quatro cantos da terra para evitar que aconteçam novas invasões. Grande parte do nosso território tradicional ficou de fora da demarcação, como a área Sete Salões, por isso estamos lutando pra que ela seja revista porque é a área onde ainda existe caça, madeira, tem a imbirá, o cipó, a taboca, que é apropriada ao artesanato da nossa cultura. Tem também o espaço das grutas, dos salões, as pinturas rupestres... um espaço que tem a força do ser indígena, e precisamos desta força para gente lutar e caminhar.

**Porantim** – Como é que os Krenak garantem sua sobrevivência atualmente?

**Itamar Krenak** – Nós vivemos hoje, basicamente, do plantio em pequena escala para o nosso consumo, do artesanato pra venda e trabalhamos com o projeto que foi implantado dentro da nossa aldeia, de pecuária leiteira. Temos buscado implantar este projeto devido ao fato de não termos muitas alternativas de subsistência. Como isso não vem da nossa cultura, o gado leiteiro, a criação de bovinos e tudo, a gente acaba tendo muita dificuldade com este projeto. Nas últimas discussões que têm ocorrido na aldeia, a gente percebe que é um projeto que não é forte, sabemos que não é um projeto sustentável e estamos preocupados porque não queremos destruir a nossa aldeia pra transformar em área de pastagem. Temos tido cuidado com isso. Temos várias nascentes nas nossas aldeias, que estamos procurando cercar, fazer com que não sequem...

**Porantim** – Por que vocês implantaram um projeto de pecuária leiteira na aldeia?

**Itamar Krenak** – Este projeto foi implantado devido a uma necessidade da comunidade. A princípio nós chegamos a buscar diálogo com a companhia que corta nosso território, a Vale do Rio Doce. Nós buscamos, propomos diálogo, mas nunca teve um espaço de discussão. Precisamos fazer uma paralisação da ferrovia pra chegar a este ponto de buscar estes projetos para a comunidade. Então, foi só através de protesto, de luta mesmo... porque tem muitos anos que esta ferrovia vem cortando nosso território. Meus antepassados sempre questionaram porque esta ferrovia cortava nosso território. Nunca tivemos nada, sempre perdemos. Perdemos a floresta, o rio foi poluído e muitos parentes chegaram a morrer na construção da estrada Vitória-Minas. Então, paralisamos a ferrovia logo no início pra buscar junto dela algum projeto de sustentabilidade, de apoio ao povo Krenak. Já tinha gado dos fazendeiros quando recuperamos o território, por isso que já estava tudo devastado, limpo, propício pra criação de bovinos. Os fazendeiros tiraram tudo que estava lá, inclusive derrubaram as casas no chão pra área ficar “limpa”. Eles não

saíram satisfeitos, saíram todos bravos por estarem saindo da terra, na verdade, devolvendo a terra pra comunidade ter este pequeno território em mãos pra poder viver, trabalhar, tocar a vida em diante. Foi assim que se implantou este projeto na nossa aldeia. Já faz uns 8 anos. Mas a gente avalia hoje que o projeto de pecuária leiteira não é sustentável devido a estes choques que a gente tem. Nós, Krenak, viemos da caça, da pesca, da coleta e vimos que este projeto não é sustentável devido a essa questão de expandir e fazer com que a nossa aldeia vire área de pasto e não área de preservação.

**Porantim** – Que reflexões o rompimento da barragem levou ao povo Krenak?

**Itamar Krenak** – Devido a diversas situações que aconteceram com nosso povo, tivemos que buscar mesmo estes projetos e apoio financeiro ao longo desta caminhada. Mas quando a gente busca refletir sobre isso, percebe que estamos perdendo muito, perdendo nosso espaço, perdendo território, a caça... Parte da vida do povo Krenak tá ficando pra trás. Essas empresas têm mesmo que, de alguma forma sentar com as comunidades indígenas, têm que conversar, propor ao menos algo pra amenizar a situação. A gente foi impactado, é impactado. Não tem pra onde correr. Da terra Krenak a gente não vai sair nunca. Mesmo depois que morrer, vamos continuar lá.

A terra é nossa mãe, o rio é nosso pai. Temos refletido e visto que estas empresas visam progresso e desenvolvimento, mas estão destruindo a natureza, o meio ambiente, o clima tá todo mudado. Estas barragens são impactantes, estão acabando com os rios. O Rio Doce é o maior exemplo disso. Estamos muito preocupados com as grandes empresas. E principalmente com as barragens, com as ferrovias.

**Porantim** – Os Krenak estiveram um pouco afastados do movimento indígena nos últimos anos. Quais são as perspectivas de vocês neste sentido, atualmente?

**Itamar Krenak** – Hoje, nós, Krenak, temos buscado, internamente, nos organizar em nossas aldeias, para que não aconteça a invasão da nossa terra novamente; e organizar as formas de trabalhar dentro de um coletivo, numa convivência bacana pra todos. Estamos também discutindo voltar a participar destes encontros, atuar nestes movimentos, que é muito importante pro povo Krenak, pros parentes do estado e até mesmo a nível de Brasil. A gente estava sentindo mesmo esta necessidade, de voltar, de lutar, de atuar. Chegamos a falar para algumas lideranças que têm participado destes encontros no estado, no Brasil: “Olha, os Krenak estão organizando a casa. Mas estamos firmes e fortes, pra ajudar, pra somar”. Com estes novos acontecimentos, daqui pra frente, vamos bater firme e ajudar os parentes também no que for possível. Isso é muito importante de ser lembrado porque muitas vezes os parentes acham que os Krenak não precisam de mais nada. Muito pelo contrário, hoje e sempre precisamos. Porque os Krenak têm a língua forte, têm os rituais fortes e tem essa característica forte de ajudar a somar... Em toda circunstância, seja na luta pra reivindicar a questão da saúde, na educação, na luta pelo território. Temos potencial de ajudar e temos a necessidade de ser ajudados. Precisamos muito da aliança com os povos, os parentes, pra caminhar e, juntos, conseguirmos avançar bastante pra defender nossos direitos, que estão sob forte ameaça, como a PEC

[Proposta de Emenda à Constituição] 215. ♦



# As veias abertas das terras indígenas

O desastre ocorrido em Mariana chocou o mundo todo e serve como alerta aos povos indígenas. A exploração da mineração em seus territórios tradicionais, que pode ser aprovada no Congresso Nacional a qualquer momento, certamente causará impactos irreversíveis a esses povos. Mesmo sem autorização para este tipo de exploração, existem mais de 4 mil manifestações de interesse no Ministério de Minas e Energia.

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

As imagens do distrito de Bento Rodrigues, na região central de Minas Gerais, sepultado por um mar de lama tóxica contaminada com metais pesados, chocaram milhões de pessoas em diversos países. O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, da mineradora Samarco, uma *joint venture* da brasileira Vale com a anglo-australiana BHP, ocorrido no dia 5 de novembro, entrou para a história como o maior crime ambiental do Brasil.

Após um cenário inicial bastante obscuro, em que nem as pessoas diretamente impactadas receberam orientações básicas e o apoio necessário diante de uma situação traumática como aquela, o que se explicitou com o desenrolar dos acontecimentos não é nenhuma novidade: a vida não tem absolutamente nenhum valor para os donos das mineradoras, protagonistas no sistema capitalista.

O próprio significado da expressão inglesa *joint venture* revela o interesse prioritário do mínero-negócio sediado no município de Mariana, que foi – é bom lembrar as voltas que a história dá – a primeira vila de Minas Gerais, primeira capital do estado e cidade mais rica do Ciclo do Ouro, durante o Brasil Colônia. Na vida real, *joint venture* significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e priorizando, dentre outras motivações, a maximização de seus lucros.

Cabe ressaltar que a atividade em questão é a mineração que, por sua natureza, não é e nunca será sustentável, já que se fundamenta na extração de minerais cujos estoques são finitos. Uma vez exauridos, as fontes dos minérios são abandonadas. E os severos impactos ambientais, sociais e culturais são deixados para trás pelas mineradoras, que partem em busca de outras minas que lhes garantam os contínuos recordes de lucratividade.

O desastre de Mariana deixa claro que a atuação das mineradoras em busca de lucros sem limites causa impactos imensuráveis. Não tendo como fugir desta lei de causa e efeito, as mineradoras atropelam a Constituição brasileira, os acordos internacionais e quaisquer legislações e códigos

que determinam direitos sociais, ambientais e trabalhistas, dentre outros.

Segundo promotores do Ministério Público Federal (MPF) de Minas Gerais, há indícios de irregularidades no processo de licenciamento das barragens da Samarco. Técnicos do próprio governo de Minas Gerais afirmam que das 735 barragens de rejeitos do estado, 200 têm problemas e oferecem riscos à segurança. Dentre elas estão as outras barragens da Samarco em Mariana, Santarém e Germano, conforme a própria mineradora admitiu.

## Omissão comprada, população punida

Para garantir a não punição pelos seus mais diversos crimes, as mineradoras, literalmente, compram a omissão dos representantes dos governos e dos parlamentares (deputados e senadores) através do vultoso financiamento de suas campanhas eleitorais.

Um exemplo emblemático é o do grupo Vale, maior mineradora de ferro do mundo, presente em 38 países e uma das mais agressivas no mercado mundial. Apesar de em 2012, de acordo com a Articulação dos Atingidos pela Vale, esta mineradora acumular uma dívida de aproximadamente R\$ 30 bilhões junto à Receita Federal devido a tributos não pagos incidentes sobre lucros no exterior, nas eleições de 2014, segundo dados da Justiça Eleitoral, este grupo doou R\$ 80 milhões para as campanhas eleitorais de três candidatos a presidente, 18 a governador, 19 a senador, 261 a deputado federal e 599 a deputado estadual, de 27 dos 28 partidos com parlamentares eleitos no Brasil em 2014.

O maior beneficiado foi o PMDB, partido de Eduardo Cunha (RJ) e Renan Calheiros (AL), presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, com R\$ 23,55 milhões. O PMDB controla o setor de mineração no país e também fazem parte desta legenda o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, e boa parte dos chefes do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Vale é uma das empresas mais privilegiadas pelo financiamento público. Em 2012, ela recebeu o maior empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para uma única empresa naquele ano, no valor de R\$ 3,8 bilhões.

Mesmo diante de todos estes fatos, os incalculáveis custos ambientais e sociais causados por um desastre como o de Mariana são pagos pela própria população impactada. Além das 19 mortes (um corpo continua desaparecido) e das centenas de pessoas que tiveram suas casas e pertences destruídos em

**Sem receber informações ou qualquer apoio das empresas responsáveis pelo maior desastre ambiental da história do Brasil, o povo Krenak, diretamente atingido, teve que paralisar a ferrovia da Vale para ser ouvido pela empresa**

Todd Southgate/Greenpeace



## #NãoFoiAcidente

Há no Brasil um complexo conjunto de fatores e determinantes que criam um ambiente propício para que tragédias socioambientais, em suas mais diferentes dimensões e ritmos, resultantes da mineração aconteçam diariamente de Norte a Sul. Grande parte delas são tragédias lentas, algumas silenciosas, como a contaminação diária dos solos, do ar, de mananciais, o secamento dos rios. Outras são bruscas, como a remoção de comunidades inteiras e a abertura de crateras, através de explosivos. Destacam-se abaixo alguns desses fatores:

- ◆ Falta de fiscalização do cumprimento da legislação pelos órgãos estatais responsáveis; as próprias mineradoras se auto monitoram;
- ◆ Maciço financiamento das campanhas eleitorais de parlamentares e governantes pelas mineradoras, o que anula totalmente a isenção do Estado e dos parlamentos, que tornam-se omissos diante dos diversos crimes praticados pelas mineradoras;
- ◆ Não cumprimento do licenciamento ambiental e das condicionantes determinadas;
- ◆ Flexibilização das medidas de segurança; em muitos casos as empresas não têm planos de contingenciamento ou nem mesmo instrumentos sonoros para avisar a população em caso de acidentes;
- ◆ Não pagamento das raras multas aplicadas pelas infrações cometidas;
- ◆ A alta migração para uma região causa o aumento da prostituição, das drogas, do álcool, da violência e de outros crimes, além do inchaço imobiliário e do esgotamento das vagas em escolas e hospitais.



Victor Moriyama/Greenpeace





O distrito de Bento Rodrigues ficou totalmente destruído após o rompimento da barragem das mineradoras Samarco, Vale e BHP

Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo, em Mariana, e na cidade de Barra Longa, a lama tirou o sustento de mais de mil pescadores e o fornecimento de água potável para os municípios de Belo Oriente, Periquito, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Resplendor, Ituetá e Aimorés, em Minas Gerais, e Colatina, Baixo Guandu e Linhares, no Espírito Santo.

No total, mais de 40 cidades mineiras e capixabas foram impactadas pelo mar de lama que, além dos 600 km do Rio Doce e de seus afluentes, também contaminou o mar com metais pesados, como arsênio e mercúrio. Os danos e riscos à saúde humana ainda não podem ser claramente dimensionados. O povo indígena Krenak, que percebe sua própria história como umbilicalmente conectada com o Rio Doce, foi duramente atingido. Sem poderem praticar seus rituais sagrados, pescar ou tomar banho no rio, eles sentem-se órfãos diante do que consideram ser a morte do *Watu*, o Rio Doce.

Em relação aos impactos na fauna e na flora, o desastre foi de uma escala pouco vista no mundo. Além da perda da biodiversidade na bacia hidrográfica do Rio Doce, a morte de animais silvestres, garças, capivaras, impactos na reprodução de tartarugas e a destruição da vida marinha, toneladas de peixes morreram por asfixia. De acordo com um relatório do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), das mais de 80 espécies de peixes apontadas como nativas da bacia do Rio Doce antes da tragédia, 11 são classificadas como ameaçadas de extinção e 12 são endêmicas do Rio Doce - ou seja, existiam apenas lá.

Tão grave quanto a tragédia em si é o fato de que nenhum dos diversos responsáveis, diretos ou indiretos, pelo rompimento da barragem de Fundão foram punidos de qualquer modo: nem os representantes dos órgãos governamentais que autorizam e não fiscalizam; nem os donos das empresas que não cumprem a legislação e permitem, portanto, que desastres da dimensão deste de Mariana aconteçam; nem os governantes que têm como dever defender uma vida digna à sociedade; nem representantes de organizações que financiam estas empresas... Ninguém foi punido, de qualquer modo que seja.

## A tragédia pode ser muito maior

A partir deste cenário absolutamente devastador, é essencial estar atento para os interesses e as estratégias que as mineradoras estão bancando há décadas para que a exploração de minérios em terras indígenas seja aprovada através de mudanças na legislação brasileira.

São diversos os projetos que vão no sentido desta ofensiva, sendo que os principais deles são: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000; o Projeto de Lei (PL) 1610/1996; e o Novo Código da Mineração (PL 37/2011, PL 5807/2013 e outros). Com a justificativa de regulamentar o artigo 176 da Constituição Federal e estabelecer uma legislação específica para este tipo de atividade, o teor dos projetos evidencia a intenção de implementar uma exploração mineral de alcance nunca visto antes no Brasil, e dentro das terras indígenas!

“Além da degradação ambiental, ela traz drásticos impactos sobre a organização dos povos e das comunidades, além de destruir todo o universo simbólico desses povos... Trata-se, portanto, de um grave atentado ao futuro destes povos”

“Se esta intenção das mineradoras se tornar realidade, será um duro golpe sobre a autonomia dos povos indígenas na gestão dos seus territórios. Além da degradação ambiental, ela traz drásticos impactos sobre a organização dos povos e das comunidades, além de destruir todo o universo simbólico desses povos, já que, como está sendo proposto, não há restrições para a exploração em sítios sagrados e cemitérios, por exemplo. Trata-se de uma agressão sem precedentes para a forma e os projetos próprios de vida dos povos indígenas”, declara Guenter Francisco Loebens, membro da coordenação do Regional Norte I do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Os dados do Cadastro Mineiro do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) explicitam a gravidade desta ameaça às terras indígenas no

“Nada ficou, no solo brasileiro, do impulso dinâmico do ouro, salvo os templos e as obras de arte. Em fins do século XVIII, embora ainda não se tivessem esgotado os diamantes, o país estava prostrado. A renda *per capita* dos três milhões de brasileiros não superava os 50 dólares anuais no atual poder aquisitivo, segundo os cálculos de Furtado, e este era o nível mais baixo de todo o período colonial. Minas Gerais caiu verticalmente numa grande onda de decadência e ruína. Incrivelmente, um brasileiro agradece o favor e sustenta que o capital que saiu de Minas “serviu para a imensa rede bancária que propiciou o comércio entre nações e tornou possível levantar o nível de vida dos povos capazes de progresso”

Eduardo Galeano, 1971  
As Veias Abertas da América Latina

Brasil. Segundo sistematização feita pelo Instituto Socioambiental (ISA), em janeiro de 2016, constam neste cadastro 4.181 interesses minerários incidentes em mais de 150 terras indígenas. Apenas na Amazônia a área das terras indígenas sobre as quais incidem processos minerários é de 28 milhões de hectares, o que significa 24,5% da área total de terras indígenas nesse bioma.

São definidos como interesses minerários processos como os requerimentos de pesquisa; as autorizações de pesquisa; os requerimentos de lavra, de licenciamento, de registro de extração; as concessões de lavra e os registros de extração. Veja a distribuição destes requerimentos na tabela a seguir:

Fase dos processos incidentes em TIs	Número de processos
Requerimento de pesquisa	3.854
Requerimento de lavra garimpeira	115
Autorização de pesquisa	114
Disponibilidade	63
Licenciamento	15
Requerimento de lavra	10
Requerimento de licenciamento	5
Concessão de lavra	4
Requerimento de registro de extração	1

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

O Cadastro Mineiro permite diversas requisições sobre uma mesma área, gerando várias camadas sobrepostas de interesses. “As cinco Terras Indígenas (TI) com maior quantidade de processos minerários na Amazônia são: TI Yanomami, com 678 processos; TI Menkragnoti, com 396; TI Alto Rio Negro, com 387; TI Kayapó, com 236; e TI Baú, com 218 processos”, informa notícia veiculada pelo ISA em janeiro de 2016.

Um exemplo preocupante desta situação de sobreposição de interesses é o fato de que os 120 requerimentos de pesquisa incidentes sobre a Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté, localizada no município de Parauapebas, no estado do Pará, somam cerca de 1 milhão de hectares, enquanto a TI tem apenas 439 mil hectares. As pequenas TI dos Mura (Capivara, Guapenu, São Pedro, Paracuhuba, Itaitinga, Padre e Ponciano), no Amazonas, têm incidência minerária em 100% dos seus territórios.

Outros casos de terras indígenas que têm mais de 90% de seu território coberto por processos minerários são: TI Murutinga/Tracajá, do povo Mura, no Amazonas; TI Paquichamba, do povo Juruna, no Pará; e as terras indígenas Ponta da Serra, Araçá, Boqueirão e Barata Livramento, do povo Macuxi, em Roraima.

Guenter alerta que se a proposta for aprovada como está, a mineração vai colaborar decididamente na destruição dos povos indígenas brasileiros. “Tem que se considerar que o território a ser ocupado não é só o de uma empresa que vai minerar. Ele será multiplicado pelas diversas empresas que vão minerar em uma única terra indígena. Além disso, considerando as áreas necessárias para acomodar os trabalhadores, dependendo do ciclo, vilas e cidades poderão se erguer dentro das terras indígenas. Trata-se, portanto, de um grave atentado ao futuro destes povos”, concluiu.

Cabe ressaltar que a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o DNPM não pode autorizar nenhuma atividade de exploração mineral em terras indígenas já demarcadas e os processos de interesse minerário que tinham sido autorizados perderam o valor e devem ter sido todos paralisados. ♦

# Mineração criminosa

Não é de hoje que mineradoras atuam dentro das terras indígenas. “É preciso replanejar essa atividade em função de seu objetivo principal: beneficiar as comunidades locais e o país, não apenas uma elite de corruptos”.

Egydio Schwade, Casa da Cultura do Urubú e ex Secretário Executivo do Cimi

Na sua edição do dia 18 de novembro de 2015, o jornal *A Crítica*, de Manaus, alertou: “Dez barragens de mineração inseguras se localizam no Amazonas”. O periódico refere-se às barragens de contenção da mineradora Minsur ou Mineração Taboca (peruana) localizadas no município de Presidente Figueiredo e incidentes sobre a Terra Indígena (TI) Waimiri-Atroari.

Em 1985, como membro da Operação Anchieta (Opan)/Conselho Indigenista Missionário (Cimi), integrante de um grupo de Trabalho da Fundação Nacional do Índio (Funai), fui testemunha da poluição que a mineradora jogava no Igarapé Tiaraju, afluente do Rio Alalaú, veia aorta da TI Waimiri-Atroari e, através dele, no Rio Negro.

Nos anos seguintes, de 1987 a 1992, o rompimento sucessivo de barragens de contenção fez com que a situação piorasse muito naquela região. No dia 29 de abril de 1993, segundo denunciou o Cimi ao jornal *A Crítica*, houve o rompimento de uma “barragem de rejeitos de lavagem de cassiterita, atingindo o igarapé (Tiaraju), prejudicando 150 índios e outros 450 que vivem na região. O rompimento da barragem de contenção de minérios na Mina do Pitinga é grave e deve preocupar toda a sociedade porque há informações de que a empresa deixou vaziar, inclusive, minérios radioativos que podem causar danos irreversíveis ao meio ambiente”.

Naquela ocasião suspeitou-se, inclusive, que a mineradora sequer tivesse tomado quaisquer providências para reparar, na fonte, o vazamento. Convém observar que um ano antes a empresa já havia sido acusada de abrigar 5 mil toneladas de lixo atômico que, superficialmente, enterrou no Pitinga.

Os dirigentes da Mineração Taboca sempre foram mestres em priorizar os seus interesses, enganando a opinião pública e agredindo os seus contestadores com mentiras ou meias verdades. Em reportagem recente à emissora *A Crítica*, dirigentes da empresa afirmaram que a sua ação no Rio Pitinga não oferecia nenhum risco. Mostrando imagens do Rio Pitinga, falaram do rompimento da barragem ocorrido na hidrelétrica localizada naquele rio, desabitado depois que as aldeias Waimiri-Atroari e Piriutiti foram exterminadas. E “o rio desagua no lago de Balbina. Portanto, não existem prejuízos sociais”. A questão, porém, é bem outra. A área de atuação mineral da empresa não se dá na bacia do Pitinga, mas na do Rio Alalaú, sendo que os rejeitos minerais atingem também os rios Jauaperi e Negro.

Com uma meia verdade semelhante, em 1981, os dirigentes da empresa se apossaram de 526 mil hectares da TI Waimiri-Atroari. Criando um problema de toponímia em relação ao Rio Uatumã, dando a este o nome de Pitinga, “milagrosamente transferiram” o seu leito uns 50 km para dentro do território indígena. E com o auxílio de funcionários corruptos da Funai, conseguiram “provar” a sua tese. Como consequência

Regional Cimi Maranhão



A entrega dos minérios à exploração privada transformou esta atividade em uma ação criminosa contra o povo brasileiro

o ditador, presidente na época, João Figueiredo editou um decreto que passou à Paranapanema uma imensa fortuna. Na sequência criou-se o município de Presidente Figueiredo, uma homenagem ao feito!

## Ensaio sobre a “cegueira”

Aqui, na cidade de Presidente Figueiredo, diante dos meus olhos, saem diariamente em torno de 300 caçambas de minério, fora o que sai em *containers*. São escoados de brita a ouro, cassiterita, minérios radioativos, minérios estratégicos, colúmbio, criolita, tântalo, nióbio. Nunca vimos uma carreta estacionar aqui no único posto da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) existente no trecho Pitinga-Manaus. E me pergunto: “onde podemos encontrar o registro, informações sobre conteúdo, valor e quantidade desse minério exportado?”.

Sobre a exploração da mina do Pitinga escreve José Aldemir de Oliveira, geógrafo, ex-reitor da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em seu livro, *Cidades na Selva*: “Quanto ao volume arrecadado parece estar muito aquém do devido, em decorrência da sonegação e da inércia do Estado que não criou mecanismos de fiscalização. Em 1991, a Associação Profissional dos Geólogos do Amazonas estimou a perda de receita, somente no projeto Pitinga, da ordem de US\$ 63 milhões”. E adiante ele continua “Um funcionário da Sefaz descreveu o mecanismo de fiscalização: ‘Não sabemos, na verdade, quanto nem o que está sendo transportado nas carretas. Elas nunca foram paradas para serem fiscalizadas. Mesmo que parássemos as carretas e fiscalizássemos, teríamos dificuldades para identificar se o minério que a empresa diz ser cassiterita realmente o é. Então, não fazemos nenhuma fiscalização. Mensalmente, um funcionário da Taboca (empresa que explora o minério) nos telefona comunicando o número da guia e o valor correspondente que eles recolheram no banco referente ao imposto”.

Essa consciente omissão do Estado vem acompanhando a exploração mineral em toda a história do Brasil. Recentemente, às vésperas de completar 79 anos, acompanhei um grupo de 13 guerreiros Yanomami, quatro funcionários da Funai e três pessoas ligadas a um canal de televisão. Os 13 Yanomami nos levaram para testemunhar a destruição que fariam de dois garimpos e a prisão dos garimpeiros em seu território demarcado

e homologado. Os indígenas fizeram o que o Estado e o Exército deveriam fazer: destruir os garimpos ilegais, prender os garimpeiros, abrir-lhes os horizontes para entenderem o crime que está por detrás de sua atividade e soltá-los com o pedido de que não voltem mais e a ameaça de que se retornarem sofreriam represália maior. Senti que a maioria desses pobres garimpeiros são pontas de lança de empresas criminosas e acreditado que entenderam a lição e, em sua maioria, não voltarão mais. Em Boa Vista todos sabem quem são os mandantes desses garimpos. Por que eles não são presos, então?

O deputado estadual do Amazonas Sinésio Campos propõe “trabalhar a exploração mineral em terras indígenas no Amazonas nos moldes da mineração praticada pelos indígenas no Canadá”. Proposta, no mínimo, cínica. Se o deputado tiver dúvidas peço que leia a reportagem “O Boom do Petróleo no Canadá: Terra Devastada” publicada pela revista *National Geographic* em março de 2009. Leia e interprete o texto com serenidade. Veja o destino que foi imposto aos Chipewyan e Cree com a invasão de suas terras (onde até 1963 viveram felizes e sadios) pelas empresas de betume Syncrude e Suncor. É por esse caminho que as mineradoras vão levar os povos indígenas da Amazônia.

A questão mineral em toda a região amazônica se transformou em um crime de lesa pátria. A entrega dos minérios à exploração privada transformou esta atividade em uma ação criminosa contra o povo brasileiro e, em especial, contra as populações amazônicas. Não é apenas a Paranapanema que explora o minério sem compromisso social algum. De forma não menos criminosa a Vale, irresponsavelmente privatizada, causa irreversíveis impactos não somente no Rio Doce. No relatório *Mineração e Violações de Direitos – O projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.*, de autoria de Cristiane Faustino e Fabrina Furtado, publicado pela Plataforma Dhesca em 2013, fica explícito que a irresponsabilidade é parte essencial do padrão de atuação dessas mineradoras.

A mineração precisa ser urgentemente interrompida em todo o território nacional. Necessita ser replanejada em função de seu objetivo principal, ou seja, dos benefícios que deve trazer às comunidades locais e ao país e não apenas para uma elite de corruptos, como desde o Brasil Colônia vem ocorrendo, deixando para as populações locais apenas os irreversíveis e severos impactos. ♦

# A volta da “boa fala”

Depois de catorze anos, povo Madihadeni do Rio Cuniuá retoma festa tradicional. Nela, houve o célebre encontro com representantes do povo Jamamadi Ocidental, que têm a mesma língua e origens do parentesco em comum. Eles foram separados historicamente, mas a celebração reafirmou o intercâmbio entre estes povos irmãos.

Christian Ferreira Crevels, Missionário Cimi Regional Norte I

**I**ma amushinaha, a “boa fala” ou “fala boa”, é o termo na língua materna dos Madihadeni para suas festas tradicionais. Entretanto, ele não se resume unicamente a festejos. O termo engloba toda uma sorte de celebrações, rituais e dinâmicas da vida deste povo indígena.

Moradores das margens dos rios Cuniuá e Xeruã, os Madihadeni, conhecidos também como Deni, totalizam aproximadamente mil e quatrocentas pessoas. Sua terra está demarcada e homologada entre os municípios de Tapauá e Itamarati.

No último outubro, entre os dias 20 e 22, cerca de duzentos moradores das oito aldeias do Rio Cuniuá, missionários do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do movimento indígena regional encontraram-se na aldeia Cidadezinha para a realização da *Bani Vadanaha Tamaku Zepe* (Festa da Banana Comprida).

Para esta celebração, um expressivo grupo de homens vai para a floresta dias antes para caçar - e, assim, acumular a carne a ser consumida - e planejar as atividades. Enquanto isso, as mulheres permanecem na aldeia para elaborar os adornos que irão utilizar, bem como preparar as comidas típicas que irão se somar à carne trazida pelos homens. Desse modo, elas fazem grandes quantidades de grolado de mandioca puba (*pu'u*), sucos de frutas e batatas (*zama phani*).

O início da festa ocorre quando encontram-se os homens vindos da mata com as mulheres que se preparavam na aldeia. Esse encontro acontece no limite do caminho (*kashinava havi*), feito especialmente para a festa, que liga a aldeia à floresta. Em seguida, homens correm um a um atrás das mulheres para pegar os presentes que estas lhes trazem, até que todos cheguem, enfim, ao centro da aldeia, onde os alimentos caçados e preparados serão apresentados e trocados.

A divisão entre homens e mulheres continua nas brincadeiras e competições que se seguem durante os dias de festa, em que papéis sociais dos gêneros são postos em perspectiva para serem depois reasssegurados.

Nesta versão, a festa contou com o jogo de peteca de palha de milho, a caça feminina aos porcos, a



Homens e mulheres têm papéis bem definidos na preparação e durante a Bani Vadanaha Tamaku Zepe (Festa da Banana Comprida), ocasião em que os valores culturais e mitos ancestrais do povo são reafirmados e repassados para as novas gerações

bagunça dos macacos, o cabo de guerra de patauá e a batalha do cipó – onde as mulheres tentam levar ao chão rodas de cipó carregadas pelos homens. À noite, anciões cantam o perigoso ritual *ahie*, com suas belas músicas que foram dadas pelas cobras, até o amanhecer.

Esses dias também são dedicados à transmissão, ao ensino e à aprendizagem de diversos aspectos culturais. Os velhos contam mitos aos mais novos, todos cantam e dançam, compõem novas músicas e as ensinam mutuamente, as mais diversas pinturas e adornos corporais são apresentados e apreciados. Parentes distantes se reveem e novos se conhecem, casamentos acontecem.

Como um todo, a festa é um tempo de animação para os Madihadeni. No entanto, este ano guardou também fortes sentimentos de revalorização cultural e de orgulho para este povo. Em sua história de contato com a sociedade envolvente, a prática da festa anual nas aldeias do Rio Cuniuá perdeu força até quase parar completamente. Apesar de ser o único evento interaldeão do calendário Deni, já não acontecia no Rio Cuniuá há catorze anos. O preconceito e o trabalho aviado para as frentes extrativistas da borracha e do óleo de copaíba desestruturaram a organização das próprias comunidades, fazendo com que estas se tornassem eventos menores e mais esparsos. Porém, com as novas possibilidades de apoio do Cimi e da Funai, os indígenas se animaram a retomar sua prática e sua periodicidade: a próxima festa, a ser realizada em agosto de 2016, já está sendo preparada e o povo decidiu que a partir de agora ela acontecerá a cada ano em uma aldeia diferente dos Madihadeni.

## Reencontros

Além de agregar participantes das oito aldeias situadas no Rio Cuniuá, a festa contou com a presença de visitantes das aldeias do Rio Xeruã que, apesar de estarem situadas na mesma Terra Indígena, não possuem ligação fluvial, o que faz com que visitas tenham de ser feitas através de longos caminhos pela mata. Desse modo, os indígenas aproveitaram para trocar

experiências e estreitar os laços com os moradores do outro lado de seu território.

Vieram também quatro representantes do povo Jamamadi Ocidental, com o qual se supunha parentesco aos Madihadeni. Estes últimos sabiam da existência de parentes há muito separados historicamente e ainda que possuíssem noção de sua localização, não possuíam mais vias de contato ou grandes informações. A visita reafirmou a semelhança entre os povos, comprovou o uso da mesma língua e as origens do parentesco em comum, bem como possibilitou a troca de experiências e promessas de maiores intercâmbios entre os povos irmãos. Planeja-se até mesmo que a Festa da Banana Comprida de 2017 seja realizada nas terras Jamamadi do Teuini, com a presença dos Deni do Cuniuá.

## Articulação política

Logo após a festa, os indígenas realizaram a Assembleia do povo, aproveitando a reunião dos representantes das aldeias e da Funai. Nessa ocasião apresentaram ao órgão indigenista suas demandas de vigilância da terra e a inconformidade com a situação crítica das políticas de saúde e educação que os atendem, bem como sugeriram propostas de projetos para a limpeza e melhoria de um caminho de ligação entre os rios, cujas margens eles habitam, e para a feitura de roçados coletivos.

Ainda na Assembleia, foram criadas duas associações indígenas do povo: a Associação Madihadeni do Rio Cuniuá (Amaderc) e a Associação de Mulheres Madihadeni (Sheihini). Embora ainda não estejam registradas em cartório, ambas já estão ativas e possuem planos e propostas de trabalhos, e o povo acredita que elas servirão para garantir acesso a projetos e direitos, como também para beneficiar a sua organização social.

## Cimi e os Deni

O Cimi atuou com o povo Madihadeni do Rio Cuniuá entre os anos de 2001 e 2006, quando acompanhou e apoiou a autodemarcação das suas terras tradicionais. Novamente, desde 2013, atua apoiando o fortalecimento da autonomia e a organização política Madihadeni. ♦

Assine o

**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco – Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios



adm.porantim@cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio\*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

\* Com a assinatura de apoio você contribui para o envio do jornal a diversas comunidades indígenas do país

# Cunha corta energia e sitia vigília de povos e comunidades tradicionais

Assessoria de Comunicação da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais

A Câmara Federal viveu mais um dia triste na recente história de desmandos e autoritarismos praticados pelo seu atual presidente, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ). No final da noite de 5 de outubro, Cunha mandou a polícia cercar o Plenário 1 da chamada “Casa do Povo”, sitiando-o, além de desligar o ar-condicionado e as luzes da sala sem janelas, com o intuito de acabar com uma vigília iniciada por cerca de 200 indígenas, quilombolas, pescadores e camponeses que participavam da Mobilização Nacional da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais. Não houve sucesso: a permanência da mobilização seguiu no interior da Câmara madrugada adentro e só terminou com a realização de um ato às 7h da manhã.

O presidente da Câmara se negou a receber as lideranças, que decidiram iniciar a vigília. Entre cantos rituais e falas de denúncias, chegou a informação de que a polícia tinha sido acionada por Cunha e a Tropa de Choque estava pronta para retirar todos e todas à força. Pelas redes sociais, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT/RS), confirmava as informações e ressaltava o clima tenso.

Numa tentativa de evitar a ação policial, Pimenta reabriu a sessão da Audiência Pública, iniciada às 15 horas, sobre a ação de milícias armadas contra povos indígenas, quilombolas e camponeses. “Então, cortaram o microfone, o ambiente ficou abafado com o ar desligado e logo a luz foi cortada. Nesse momento, apareceram os policiais do Choque na porta do plenário”, conta Cléber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Além das lideranças de povos e comunidades tradicionais, estavam no Plenário parlamentares e a coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Deborah Duprat, da Procuradoria-Geral da República (PGR). Mesmo na escuridão, indígenas passaram a dançar o Toré e a cantar suas rezas. Os presentes se alternavam no “gogó” e seguiram com a audiência pública denunciando a ação criminosa e assassina contra as comunidades. A imprensa foi proibida de chegar perto do Plenário. Do lado de fora da Câmara, jornalistas e apoiadores da causa indígena se aglomeraram esperando o desfecho da situação.

Nas redes sociais, a solidariedade a todos e todas que mantinham a vigília foi expressada em centenas de postagens e mensagens de apoio, além de frases de repúdio ao presidente



Cunha mandou a polícia cercar o Plenário, desligar as luzes e o ar-condicionado, com o intuito de acabar com a vigília

da Câmara. Para a imprensa, a assessoria de Cunha afirmou que o presidente da Casa não havia solicitado a Tropa de Choque, mesmo com fotos desmentindo a informação, mas reconheceu que, de fato, ele havia solicitado o desligamento da energia elétrica e do ar-condicionado com o objetivo de que todos e todas saíssem de “forma pacífica”. Pacífica, porém, era a vigília que reivindicava a demarcação de terras indígenas e em posição contrária à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, além de denunciar a ação de milícias e grupos de extermínio contra as lideranças em luta por direitos.

De acordo com dados da violência no campo sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos 10 anos, povos indígenas e comunidades tradicionais enfrentaram 5.771 conflitos; 4.568 pessoas foram vítimas de violência; 1.064 sofreram ameaças de morte; 178 sofreram tentativas de assassinato e 98 foram assassinadas.

Por outro lado, a vigília pretendia lembrar os 27 anos da Constituição Federal e do quanto a “Carta Cidadã” ainda não garantiu direitos e tampouco cidadania para os povos e as comunidades tradicionais - e já vem sendo desconstruída conforme os interesses de grupos políticos e econômicos. Daniel Guarani e Kaiowá lembrou o sofrimento de seu povo no Mato Grosso do Sul e lembrou que no Brasil os direitos de uns valem mais do que os direitos de outros: “Uma propriedade vale mais que uma vida? No meu estado, um boi vale mais que a vida de um índio”. Conforme o deputado Paulo Pimenta, em vídeo nas redes sociais, a vigília transcorreu de forma pacífica e a violência é responsabilidade do presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Aos poucos, com pressões surgidas de todos os lados, Cunha não seguiu adiante com a desocupação forçada, mas não pediu a religação da energia elétrica e do ar refrigerado.

## Presidente da Câmara é denunciado à ONU e OEA

As medidas tomadas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no último dia 5 de outubro foram denunciadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA). Protocolado no dia 8 de outubro, o documento assinado por cerca de 50 organizações da sociedade civil evidencia que Cunha feriu ao menos cinco tratados internacionais, como a Convenção Americana de Direitos Humanos e a própria Constituição Federal, ao trancar povos indígenas e comunidades tradicionais no

plenário da Câmara e ao impedir que advogados entrassem para prestar assistência aos manifestantes e às suas lideranças.

“Ao impedir o acesso das advogadas e dos advogados aos povos indígenas, quilombolas, pescadores, geraizeiros e das outras comunidades tradicionais, o presidente da Câmara dos Deputados violou um dos preceitos fundamentais da Constituição do Brasil e de normas e tratados internacionais, a garantia do direito de acesso à justiça”, aponta o documento.

## Funai não cumpre acordo com indígenas no Maranhão

Assessoria de Comunicação

Como parte da Mobilização Nacional da Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais, cerca de 80 indígenas dos povos Krenyê, Gamela, Krepynm e Gavião, integrantes do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom) e quebradeiras de coco do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), ocuparam a sede da Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Imperatriz (MA). No terceiro dia da ocupação, devido à publicação de um edital, na manhã do dia 7 de outubro, que contrariou a decisão da Justiça Federal, a vontade do povo Krenyê e o que já vinha sendo negociado com os povos, os indígenas passaram a ocupar também a parte interna do prédio da Funai. Rituais e rezas foram revezados entre os povos e as comunidades presentes.

Conforme as lideranças indígenas, apesar da decisão da Justiça Federal da 1ª Vara de São Luís do Maranhão, com base em processo movido pelo Ministério Público Federal (MPF), definir que a terra do povo Krenyê deve ser adquirida por desapropriação, com dotação orçamentária definida, dominial (quando a terra é dos indígenas, não da União) e o critério deve ser estabelecido pelo relatório circunstanciado da própria Funai, respeitando as taxas de crescimento populacional do povo, a Funai comunicou no edital que a terra a ser adquirida para o povo será por licitação, transformada em reserva, não condicionada à dotação orçamentária e o critério será o da terra mais barata. Além disso, havia sido acordado com a Funai que as lideranças indígenas debateriam o edital antes da publicação.

A Funai respondeu de forma negativa ainda às reivindicações dos povos Gamela e Gavião. Sobre as demandas do povo Krepynm, disse que os indígenas devem procurar o MPF. ♦

# Três crianças Kaingang morrem atropeladas ao aguardar ônibus escolar

Cimi Regional Sul, Equipe Porto Alegre

Quatro meninas Kaingang da comunidade de Estrela foram atingidas na manhã do dia 19 de outubro por um rodado que se desprendeu de um caminhão que trafegava na BR-386, Km 360. As meninas aguardavam, em uma parada, o ônibus que as conduziria para a escola. Chaiane Soares Lemes, 15 anos, Taís Soares Lemes, 9 anos, e Franciele dos Santos Soares, 14 anos, morreram no local. Anelize Soares Lemes, 13 anos, foi encaminhada em estado grave para o hospital. A comunidade fica no município de Estrela, a cerca de 120 km de Porto Alegre.

O motorista do caminhão, Hélio Fernando da Rosa Amador, de 53 anos, não parou para prestar socorro às vítimas e seu veículo foi abordado pela Polícia Rodoviária Federal há mais de 180 km do local onde ocorreram as mortes. O motorista alegou não ter percebido que o rodado da carreta havia se desprendido.

A comunidade indígena, revoltada com mais este acidente envolvendo crianças, bloqueou a BR-386 e exigiu das autoridades a implantação de redutores de velocidade na rodovia, pois ali já ocorreram vários acidentes. Em 25 de março de 2014, uma criança de dois anos morreu depois de ter sido atingida por uma roda que se desprendeu de um veículo Gol. A criança estava no colo da mãe e ambas aguardavam pelo transporte público.

O cacique Carlos Soares, pai de uma das vítimas, informou que a comunidade reivindica junto à prefeitura de Estrela que



**Não há justificativas para o ônibus escolar não buscar as crianças dentro da aldeia, que fica apenas a 250 metros da BR-386 e é de fácil acesso**

o transporte escolar entre na aldeia para buscar os estudantes, que se deslocam todas as manhãs até as margens da rodovia. A aldeia, que fica a uns 250 metros da BR-386, é de fácil acesso, portanto não há nenhuma justificativa para que o ônibus escolar não vá até a comunidade indígena.

Esse acidente revela o descaso do poder público com comunidades indígenas que vivem próximas às rodovias ou sobre seus barrancos. No Estado do Rio Grande do Sul são dezenas de comunidades Guarani e Kaingang vivendo o risco cotidiano, decorrente do fluxo de automóveis. Apesar dos alertas e reivindicações feitas pelas lideranças indígenas às autoridades, medidas não são tomadas.

Muitas pessoas se comoveram com a morte das meninas e com a tragédia que

ocorreu com a comunidade Kaingang, demonstrando solidariedade e respeito. Mas mesmo em situações de profunda dor, aparecem inaceitáveis manifestações de preconceito contra os indígenas. Isso ocorreu, por exemplo, em postagem feita por um internauta, no site Globo.com, abaixo da notícia do trágico acidente. O internauta, que se esconde atrás do codinome "Pensador Correto" (e pensa estar, assim, protegido de um processo judicial por prática de racismo) faz insinuações machistas e preconceituosas contra as mulheres Kaingang. Os indígenas esperam justiça, que se promoverá com a apuração das causas e responsabilidades sobre o acidente, bem como com a criteriosa investigação deste tipo de crime de racismo. ♦

## Indignação e protesto no I Jogos Mundiais

Egon Heck, Secretariado Nacional

No entardecer do dia 28 de outubro, um grupo de quase 300 indígenas participantes do I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, empunhando cartazes e faixas, protestaram, com profunda indignação, contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, em Palmas, no Tocantins. Esta aprovação, no entanto, tornou-se o fator aglutinador de uma somatória de descontentamentos e revoltas diante das inúmeras situações de descaso, omissão e falhas principalmente em relação à infraestrutura e ao tratamento dispensado às delegações de indígenas que vieram participar do evento e também para expor e vender seus artesanatos.

Conforme Carlos Terena, um dos coordenadores do evento, em torno de 70% do que havia sido prometido para a realização dos Jogos não foi cumprido. Esse fato se refletiu na precariedade das estruturas e na infraestrutura. Tudo foi montado às pressas, com recursos financeiros bem superiores ao que estava previsto.

Em consequência das manifestações e da interrupção dos jogos, a direção do evento tomou algumas providências, como colocar grades dentro da arena dos jogos para evitar que os indígenas tivessem acesso aos microfones.

No dia do encerramento dos Jogos (30/10), os indígenas divulgaram o *Manifesto de Palmas*, em que afirmam que "Com a aprovação dessa PEC 215, os parlamentares anti-indígenas pretendem impedir que os povos indígenas tenham assegurado seus territórios e seus projetos de vida, sua cultura e suas socie-



**Povos presentes no I Jogos Mundiais se indignaram com a aprovação da PEC 215 e com o tratamento que receberam**

dades diferenciadas. Ou seja, fica decretada a morte cultural (etnocídio) e física (genocídio) dos povos indígenas".

E eles alertam: "Vemos com extrema preocupação o avanço da nova fronteira agrícola com a abrangência de 73 milhões de hectares no bioma Cerrado, abrangendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, chamada de Matopiba. Esse mega projeto do agronegócio terá um enorme impacto destrutivo sobre o meio ambiente e milhares de comunidades tradicionais e povos indígenas, já que dentro da área do Matopiba existem 28 terras indígenas, 34 quilombos, 865 assentamentos e 42 unidades de conservação ambiental". ♦

## Pauta Indígena

- 1/10**
  - Relatora especial da ONU expressa preocupação com situação dos Guarani e Kaiowá
  - Parlamentares europeus querem contribuir para que direitos dos Guarani-Kaiowá sejam respeitados
- 2/10**
  - A encruzilhada Munduruku: depois de séculos defendendo o Tapajós, barragens ameaçam os vivos e perturbam os mortos
- 5/10**
  - Em carta enviada ao presidente da OAB, Boaventura de Sousa Santos defende advogado Terena contra perseguição no MS
- 8/10**
  - Cimi denuncia invasão de garimpeiros em área do grupo isolado Moxi Hatêtea, em Roraima
  - Índios exigem ações do governo para combater incêndio na Terra Indígena Arariboia (MA)
- 9/10**
  - Etapa baiana da Conferência Nacional dos Povos Indígenas repudia CPI do Cimi
- 15/10**
  - Relaju condena violência contra indígenas da nação Guarani
  - Povo Guarani-Kaiowá repudia o I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas
- 16/10**
  - Famílias Guarani e Kaiowá são atacadas, indígenas sofrem torturas e dois seguem desaparecidos
- 19/10**
  - DPU e Cimi realizam seminário em São Paulo sobre indígenas no contexto urbano
  - Funai dá indícios de que fará contato com indígenas isolados na TI Arariboia
  - Desconhecido invade TI Morro dos Cavalos, dispara em escola e casas e ameaça de morte a cacica Eunice Antunes
- 20/10**
  - Tropa de Choque chega a Antônio João (MS); conflito entre indígenas e polícia é iminente
- 21/10**
  - Cimi lança Relatório de Violência hoje, em Washington, nos Estados Unidos
  - "O meu povo está sofrendo genocídio no Brasil", afirmou líder indígena na OEA
- 22/10**
  - I Jogos Indígenas: participação cai para quase metade
  - Ordem de despejo de Guaviry (MS) é suspensa pelo STF
  - Indígenas da região Sul repudiam afirmação de Colatto de que eles são favoráveis à PEC 215
  - 12ª Romaria da Terra e das Águas do Maranhão denuncia violações de direitos
- 25/10**
  - Enawên-Nawê é baleado durante ataque de caminhoneiros e fazendeiros em Brasnorte (MT)
- 26/10**
  - Regional Noroeste da CNBB manifesta preocupação com entidades comprometidas com a paz e justiça
- 27/10**
  - STF nega liminar em ação que pede nulidade de demarcação da TI Morro dos Cavalos
- 28/10**
  - "A força do grande capital e do agronegócio encaminha os povos indígenas para o extermínio", afirma Dom Roque Paloschi
- 29/10**
  - Guerrilha, "Tex" e R\$ 6 milhões: o depoimento do delegado Alcídio, da Polícia Federal, na CPI do Cimi
  - "PEC 215 ameaça os direitos humanos", afirma presidência da CDHM, da Câmara dos Deputados
- 30/10**
  - Indígenas trancam rodovia contra a PEC 215 e organizações lançam manifesto em defesa de direitos
- 31/10**
  - O I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e o golpe dos ruralistas

# Reflexões Suruwaha

Os Suruwaha cotidianamente demonstram que apreciam quem eles são e a vida que têm. No entanto, diante do tratamento dispensado a eles por não indígenas, por exemplo, torna-se inevitável não questionarem certos conceitos, como os de autonomia e Bem Viver. Neste contexto, consideram os perigos inerentes ao processo de “tornarem-se brancos”

Adriana Huber Azevedo, Coordenação Cimi Regional Norte I

A gosto de 2015. O povo das grandes cidades debate um conjunto de medidas recém-públicas pelo governo brasileiro para o setor elétrico, visando resolver o buraco financeiro das usinas hidrelétricas, que vêm gerando abaixo do limite mínimo previsto em contrato devido à escassez de água nos reservatórios. Economistas se pronunciam sobre a maior inflação de preços dos últimos treze anos. E a cúpula do PT discute a necessidade de manter uma política de bom relacionamento com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e seu pacote anticrise, apesar de o mesmo prever a ampliação da idade mínima para a aposentadoria, a flexibilização das regras para o licenciamento ambiental e a retomada da discussão sobre a regulamentação do trabalho terceirizado...

Enquanto isto, na terra dos Suruwaha (que desconhecem a utilidade das hidrelétricas, a ideia da inflação e o conceito do trabalho terceirizado) a cigarra *mamuri imiri* canta anunciando a chegada das matrinhãs no igarapé Jukihi. Segundo os especialistas em tradução de linguagens animais, ela diz: “Vão arrancar raízes de timbó, e comecem a planejar suas pescarias!”. A comunidade das pessoas *jadawa* - alojada temporariamente sob o imenso teto cônico da maloca de Naru - encontra-se ocupada derrubando novos roçados, preparando o terreno das suas futuras plantações de mandioca, macaxeira, milho, cará, batata-doce, cana de açúcar, abacaxi, taioba, inhame, ariá, caju, pupunha, tabaco, algodão, urucum, gengibre, timbó e tingui.

Procurando comunicar-se com os visitantes não indígenas numa linguagem que estes consigam entender, os Suruwaha explicam que os roçados recém-derruba-

dos são o “futuro dinheiro” deles – um dinheiro “de verdade”, feito de alimentos consumidos no dia a dia e distribuídos gratuitamente durante grandes festas, não o dinheiro “sem valor” (*ini dumurini*) dos brancos, desejado à toa por estes últimos apesar de não passar de uma coleção de “folhas de árvores” (*agahy*) recobertas de palavras escritas louvando um ser espiritual desconhecido, e de desenhos representando araras, garças, tracajás, macacos, onças e peixes de mentirinha.

No início do verão *zama sukuru*, os Suruwaha observam atentamente o amadurecimento das frutas *wanahi*, *kasaha*, *kuxawa* e *maxirihywy*, entre outras: *Kasaha* (sucupira de arara) é o alimento preferido do jupará (que parece uma mistura de cachorro e macaco). A árvore *wanahi* (tucupi de arara) é amiga de todos os pássaros, que ao virem fartar-se das suas frutas aproveitam para “cortar-lhe as franjas e pentear seu cabelo” (referência às marcas deixadas na casca pelos bicos). E *kuxawa* (a cupiúba) atrai grandes bandos de papagaios, japós e tucanos, que sobrevoam as moradias dos humanos gritando como quem toca a buzina *huriatini* - trazendo a promessa de um banquete.

Os caçadores Suruwaha se preparam para a vinda das aves consertando suas zarabatanas e fabricando uma grande quantidade de dardos envenenados. Saem de manhã cedo, posicionam-se debaixo das árvores patrocinadoras das festas das “multitudes coloridas” (*zama kadai*, como diz a letra de uma música recente), assopram suas flechinhas mortíferas para o alto e

voltam para casa orgulhosos, cada um com dois, três, sete, dez aves abatidas.

A carne, acompanhada de grolado de mandioca, macaxeira cozida ou bolinhos de milho temperados com a cinza da casca de cupuí (que se parece o cacau), é repartida entre todos. As plumas mais bonitas são guardadas para serem usadas como enfeites durante o ritual da queima dos roçados, em que as pessoas

procuram assemelhar-se aos belos espíritos-donos dos cultivos agrícolas *aha karuji*. Alguns dos bicos (os dos tucanos) passam a ser usados como recipientes de rapé. E as impressões visuais, olfativas e sonoras percebidas durante a caçada se transformam em poesia - fonte de inspiração dos homens que após encontros noturnos com seus espíritos-interlocutores *kurimia* “fazem chegar” os cantos *wajuma*.

Em 2015, 32 anos depois de terem sido “oficialmente” contatados, os Suruwaha continuam a perceber (e a descrever) a si mesmos como sendo um povo rico (*zama digiari*), autosuficiente (*ijamary hari*), animado/ produtivo/trabalhador (*maryri*), bonito (*ymyzyri*) e sábio/conhecedor das coisas (*zama takunyri*)

*mary hari*), animado/produtivo/trabalhador (*maryri*), bonito (*ymyzyri*) e sábio/conhecedor das coisas (*zama takunyri*). No entanto, no dia a dia das suas interações com agentes governamentais (enfermeiros e agentes de endemias da Secretaria Especial de Saúde Indígena, a Sesai, funcionários da Fundação Nacional do Índio, a Funai, etc.), constantemente, eles se confrontam com situações que os fazem suspeitar que “os brancos os consideram como crianças, pessoas sem valor ou animais domesticados”<sup>1</sup>, e que “os brancos desejam que eles se transformem em brancos”<sup>2</sup>:

De vez em quando, visitantes *jara* bem intencionados (sempre em tom de brincadeira, é claro, pois a Funai manda todo mundo “respeitar a cultura”) lhes propõem levar alguma criança particularmente inteligente e simpática para Lábrea, “para que possa estudar” (como se crianças Suruwaha já não estudassem, passando seus dias recebendo aulas práticas e teóricas de arquitetura, botânica, zoologia, agronomia, culinária, artes, engenharia naval, geografia, história, cerâmica, cestaria, retórica, gestão ambiental, toxicologia, manejo pesqueiro, zootecnia, cinegética, antropologia, psicologia, assistência social, administração pública, etc.).

De vez em quando, visitantes *jara* os deixam ouvir suas músicas preferidas nos seus celulares trazidos da cidade e ficam encantados quando a juventude consegue reproduzir trechos das músicas de Gustavo Lima (ao mesmo tempo em que manifestam claramente achar estranhas as produções musicais Suruwaha). De vez em quando, um visitante socializa com os Suruwaha suas reflexões sobre como seria bom se eles aprendessem a fazer farinha como os demais povos indígenas e não indígenas da região (a amarelinha, crocante, feita num forno de metal, valorizada no mercado regional e que dá dinheiro ao ser comercializada, não aquela tradicional

Adriana Huber Azevedo



As reflexões de Jawanka Suruwaha questionam a essência do modo de ser e viver da sociedade não indígena: “não vou virar branco”



**Desde pequenas as crianças Suruwaha aprendem arquitetura, cinegética, psicologia e botânica, dentre outros conhecimentos**

Adriana Huber Acevedo

‘Vou para a cidade, adquirir as coisas dos brancos, e vou comer arroz, biscoito, carne de boi e sopa de pacotinho!’. Só que ao chegar na cidade falando português, quando entrarem no mercado e disserem ao seu dono: ‘Me dê comida, estou com fome! Me dê uma panela para eu cozinhar minha comida!’, o dono dirá: ‘Cadê seu dinheiro? Você não trouxe nada para mim!’, e eles vão passar fome. Eu aqui, será que eu vou aprender o português, virar branco e trazer doenças para meu povo, como os brancos parecem querer que eu faça? Olha o que estou fazendo aqui: Estou fazendo uma zarabatana. *Ajimarihi*, o criador da humanidade, no início dos tempos ensinou o meu povo a fazer zarabatanas, arcos, flechas e pilões. A construir casas e canoas. Sua esposa *Jumahinia* ensinou as mulheres a fazer cerâmica, a fiar, a tecer abanos, tipitis, redes de dormir, peneiras de milho. Apesar disso ter acontecido há muito, muito tempo, e apesar de *Ajimarihi* e sua esposa terem morrido e não existirem mais, eu hoje estou aqui e continuo sabendo fazer todas as coisas que ele ensinou aos meus. Eu aprendi com meu pai e não esqueci. Eu tenho armas para caçar, e tenho uma maloca grande e nova que eu construí com muita coragem, apesar do trabalho da construção ser muito demorado e cansativo. Eu tenho dois roçados grandes e estou derrubando mais um. Agora, o que acontecerá se eu virar branco?’, questionou.

E ele mesmo respondeu: “Eu sei o que acontecerá. Há algum tempo, eu fui para Lábrea de barco, para me consultar com o médico. Bidu Banawá vinha viajando no mesmo barco, e ele olhou para mim e me disse: ‘Olha só, você usa tanga. Quando eu era jovem eu também usava, mas depois os missionários da Jocum [entidade evangélica internacional “Jovens Com Uma Missão”] me deram roupa para vestir e me fizeram virar *jara*. Quanto a você, não faça a mesma coisa, não vire *jara*. Antigamente, meu povo caçava com a zarabatana e comia carne de caça todos os dias. Depois, os brancos nos deram espingardas, a gente gostou e não ensinamos mais aos nossos filhos a arte de fazer zarabatanas. Só que quando

Segundo os Suruwaha, alguém pode reivindicar ser ouvido pelos demais apenas quando demonstra ser generoso

passamos a usar só espingardas, vestir roupa e falar português, os brancos nos disseram: ‘Você já virou branco! Agora consiga você mesmo suas coisas!’. E eles pararam de nos fornecer munição para as espingardas. Agora não temos sempre dinheiro para comprar cartuchos e, às vezes, passamos fome. Não faça você a mesma coisa. Não tenha uma espingarda e não descartes tua zarabatana’. Eu fiquei pensativo e disse para mim mesmo: ‘Ele tem razão. Quando eu tiver uma espingarda, os brancos não me darão munição, e quando eu falar português, me recomendarão ir para a cidade para eu mesmo conseguir meu machado, em vez de trazer machados para eu derrubar meu roçado. Eu aqui não vou virar branco e, portanto, não vou aprender o português’.

Eu fiquei pensativa com as palavras de *Jawanka*, e um pouco envergonhada por ser membro do povo cujo projeto civilizador ele questionava. Espero que os Suruwaha continuem com seu espírito crítico e possam continuar sendo *jadawa* - “donos de si mesmos”, pessoas que decidem autonomamente o que querem ou não fazer e como querem viver e morrer. ♦

esbranquiçada e mole que o povo já prepara todos os dias). De vez em quando, alguém manifesta ter pena deles por “andarem nus”, comenta sobre sua incapacidade de otimizar a produtividade dos seus roçados (“não queimam direito”), afirma que “com certeza eles não iam querer ficar vivendo deste jeito se a Funai possibilitasse que eles evoluíssem”, os compara com seus vizinhos “civilizados” (= consumidores de energia fóssil que usam motosserras, se locomovem em embarcações motorizadas e iluminam suas casas com geradores movidos com óleo diesel comprado na cidade, em vez de breu de mescla, elogia as meninas que deixam seus cabelos crescerem em vez de cortá-lo conforme o modelo tradicional (porque isto as faz parecer “mais femininas”) ou opina que “já era para eles estarem falando português”.

E de vez em quando, algum *jara* particularmente sentimental sugere que haja interferência externa. Ou seja, atuação, na terra indígena, de psicólogos implementadores de um programa de saúde mental incorporado ao plano do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) do Médio Purus - para fazê-los “pararem com esta história de gostar de se suicidar”. A teoria em que se baseia esta sugestão, também defendida pelos evangélicos idealizadores do Projeto de Lei (PL) 1057/2007, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados, parece ser a de que um povo cujos membros costumam decidir livremente quando e como querem encerrar sua própria vida manteria uma relação mais doentia com a morte do que um povo que admite que seus membros morram continuamente sofrendo acidentes de carro, sendo assaltados, levando tiros perdidos ou tornando-se vítimas do câncer causado pelo consumo de alimentos tratados com agrotóxicos e cigarros comprados no mercadinho da esquina.

Os não indígenas querem dar palpite (*kazuhwa*) nos assuntos internos do povo “apesar de serem sovinas” (segundo os Suruwaha, alguém pode reivindicar ser ouvido pelos demais apenas quando demonstra ser generoso), e “apesar de que os Suruwaha não ficam comendo os

produtos agrícolas deles” (se fizessem isto, conforme seu próprio código moral, se tornariam uma espécie de filhos dos brancos e passariam a ser obrigados a aceitar e obedecer aos seus conselhos).

O que será que os Suruwaha pensam sobre todos esses projetos e sugestões bem (ou mal) intencionados? Sobre o aprendizado obrigatório do português, os cursos de produção de farinha, os programas de erradicação de canaviais para fins odontológicos (este último de autoria de João Lobato, ex-coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, que recentemente andou visitando a região), sua submissão a um tratamento psicológico coletivo, sobre projetos de exposição de sua imagem em livros de fotografias famosos com olhar exotizante (ainda não foram nem informados sobre este último), e a necessidade de “evolúem” (= tornar-se brancos)?

Durante a curta visita que fiz à comunidade no último mês de agosto, pouco tempo antes de eu me despedir e vir embora para a cidade, *Jawanka* (que estava lixando por dentro uma nova zarabatana) me chamou para perto dele e me perguntou por que o representante da Funai, ao ser inquirido por *Agunasihini* sobre a vinda de um tradutor durante a ação de vacina planejada para o mês de setembro, tinha respondido que “a língua dos Suruwaha era muito difícil, e que os Suruwaha vão ter que aprender português para se fazer entender ao falar com os brancos”.

Sem esperar uma resposta da minha parte, ele começou a partilhar comigo suas reflexões sobre este tema, e suas palavras foram mais ou menos as seguintes: “Olha aqui... Se eu aprender português, como sugerem as pessoas que consideram minha língua difícil, eu vou virar branco. Pessoas que aprendem o português necessariamente passarão a frequentar as cidades dos brancos. Deixarão de plantar seus roçados, pegarão um barco e dirão:

1 *Ariria hawini tuhwadianai*: “nos devem enxergar como crianças”. *Ariria batuhwadianai*: “eles provavelmente nos menosprezam”. *Ariria ijamakahiri tuhwadianai*: “eles provavelmente pensam que somos porcos [capturados, amarrados e criados em casa]”

2 *Ariria jara najahuruwabia nadianai*: “eles provavelmente pensam sobre nós: ‘vamos causar/permitir sua transformação em brancos’”



## Os Bororeno na defesa de suas terras

Benedito Prezia, Historiador

Grande interesse suscitou uma notícia, publicada na revista da corte imperial, no Rio de Janeiro, em 1813, relatando a existência de águas termais nas serras próximas a Florianópolis. Eram as famosas Caldas de Cubatão. Entretanto, poucos percebiam que aquelas águas estavam na mesma região dos Bororeno, povo indígena, que resistia à invasão dos luso-brasileiros.

Essa comunidade teria ficado esquecida pelas histórias indígena e regional não fosse sua luta pela preservação das terras tradicionais. Devido a essa presença incômoda, o governador da Capitania de São Paulo, que englobava Santa Catarina, determinou, em 1814, a instalação de dois regimentos militares para proteger as fontes termais.

Uma das características do povo indígena que ali vivia era seu biotipo, formado seguramente pela miscigenação com escravos africanos fugidos de alguma fazenda da região ou sobreviventes de algum navio negreiro que tivesse naufragado naquele litoral sulista. Refugiando-se nas montanhas, devem ter se miscigenado com alguns grupos indígenas, adotando costumes e práticas guerreiras. Além do arco, flecha e borduna, uma de suas táticas bélicas era usar galhos de pinheiros, envoltos em fibras de embira e tucum que, ao serem acesos, tornavam-se perigosas tochas incendiárias com terríveis consequências para as pre-

cárias moradias do interior, sempre cobertas com sapé ou folhas de palmeiras.

Para melhor utilizar esses banhos, um morador da região construiu algumas cabanas com banheiras para que os frequentadores pudessem usufruir daquelas águas termais. Incomodados com o aumento de visitantes, os Bororeno passaram à ofensiva. Graças ao relato do pintor Jean Baptiste Debret, que por lá passou alguns anos depois, pudemos saber dos detalhes da maior ação guerreira por eles realizada.

Foi um ataque noturno, no período da lua crescente, onde a claridade é de menor duração. Tal operação foi muito bem planejada, com obstrução dos caminhos com troncos de pinheiros para impedir uma possível fuga dos portugueses. Quando a lua se escondeu, cobrindo a terra com um forte breu, os nativos partiram para o ataque, surpreendendo os soldados em pleno sono.

Pegos de surpresa, mal puderam escapar de suas guarnições, tomadas pelas chamas provocadas pelos galhos incendiários. Os que conseguiam se livrar do fogo e da fumaça, caíam abatidos pelas bordunas dos guerreiros que cercaram o acampamento.

Depois do massacre, por um bom tempo os moradores de Florianópolis deixaram de frequentar a região. Somente vários anos depois, quando o governo imperial implantou uma política de extermínio dos indígenas da região, eles tiveram coragem de voltar a frequentar a área. Para apagar a memória dessa luta de resistên-

cia, as fontes termais receberam o pomposo nome de Caldas da Rainha. Até hoje no balneário há uma placa com os seguintes dizeres: "À memória dos milicianos D'el Rey de Portugal aqui mortos pelos silvícolas em 31 de outubro de 1814, quando em guarda a estas já afamadas thermas"<sup>1</sup>.

Dos possíveis massacres contra os Bororeno a história nada registra. É possível que os sobreviventes tenham se internado nas nascentes do Rio Itajaí, no município de José Boiateux, próximo à Ibirama, formando uma comunidade tradicional cujos membros são chamados ainda hoje de cafusos, isto é, mestiços de indígenas com negros.

Esses fatos foram registrados por Jean Baptiste Debret, da Missão Artística Francesa, que, em 1816, veio ao Brasil a convite de Dom João VI para incentivar a pintura artística no Rio de Janeiro. Com a independência, em 1829, ele se viu liberado por Dom Pedro I e pôde realizar importantes viagens pelas províncias do Paraná e de Santa Catarina, registrando paisagens e cenas brasileiras, incluindo alguns povos indígenas. Assim a história dos Bororenos pôde ser recuperada<sup>2</sup>. ♦

1 Ap.: SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil*, 1973, p. 61.

2 DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. [1834]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, v. 1, p. 50-51. (Col. Reconquista do Brasil, 3ª. série, v. 10-12).